

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FRA) SOPHIE SACCHI

GEOPOLÍTICA POLAR:

a política francesa no Ártico e na Antártica segundo a teoria realista de Raymond Aron

Rio de Janeiro

2018

CC (FRA) SOPHIE SACCHI

GEOPOLÍTICA POLAR:

a política francesa no Ártico e na Antártica segundo a teoria realista de Raymond Aron

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

RESUMO

Analizamos a política externa conduzida pelo governo francês no Ártico e na Antártica para determinar se ela seguiu o Modelo Realista definido pelo sociólogo e cientista político francês Raymond Aron. Aplicamos um método científico: uma vez que os elementos foram coletados, nós os comparamos com a Teoria dos objetivos de Aron, nos termos da qual o Estado busca alcançar a Segurança, o Poder e a Glória. No Ártico, a França usou seu passado científico para se estabelecer no Conselho do Ártico e preservar seus interesses econômicos. Na Antártica, o Estado francês considera oficialmente a Terra de Adélia como parte dos Territórios Austrais e Antárticos Franceses. Forte de uma diplomacia dinâmica e inovadora, a França multiplica sua participação nos fóruns internacionais, tanto no campo da preservação do meio ambiente como no da Defesa e Segurança Marítima. Após inter-relacionar a teoria com os dados e evidências, concluiu-se que as ações tomadas pela França nos Polos seguem uma tendência realista e que a França coloca o interesse de seu povo acima do interesse geral, se sua segurança vier a ser ameaçada.

Palavras-chave: Antártica. Ártico. França. Política Externa. Teoria Realista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Total no Ártico.....	59
Figura 2 - Mapa das Terras Austrais e Antárticas Francesas.....	60
Figura 3 - Mapa das Expedições Polares Francesas no Ártico.....	62
Figura 4 - Limite geográfico do Ártico.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2 ^{da} GM -	Segunda Guerra Mundial
ACIA -	Grupo de Avaliação de Impacto Climático do Ártico
AGI -	Ano Geofísico Internacional
ARCOP -	Plataforma Operacional do Ártico
ASFR -	<i>Arctic Roundtable of Security Forces</i>
AWI -	<i>Alfred Wegener Institut</i>
BSAH -	<i>Bâtiment de soutien et d'assistance hauturier</i>
CA -	Conselho do Ártico
CCAMLR -	<i>Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources</i>
CCAS -	<i>Convention for the Conservation of Antarctic Seals</i>
CEAB -	Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents
CEB -	Conselho dos Estados do Mar Báltico
CEP -	<i>Committee for Environmental Protection</i>
CEFRES -	<i>Centre Français de Recherche en Sciences Sociales</i>
CESM -	<i>Centre d'études stratégiques de la Marine</i>
CLPC -	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CMA-CGM -	<i>Compagnie maritime d'affrètement - Compagnie générale maritime</i>
CNRS -	<i>Centre national de la recherche scientifique</i>
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COP 21 -	<i>21st Conference of the Parties</i>
EPF -	<i>Expéditions polaires françaises - Missions Paul-Émile Victor</i>
EPICA -	<i>European Project for Ice Coring in Antarctica</i>
EUA -	Estados Unidos da América

FAZSOI -	<i>Forces Armées de la Zone Sud de l'Océan Indien</i>
Gbep -	Bilhões de barris de óleo equivalente
GIP -	<i>Groupe d'Intérêt Public</i>
IAATO -	<i>International Association of Antarctic Tour Operators</i>
IFRTP -	<i>Institut Français pour la Recherche et la Technologie Polaires</i>
INSEE -	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
IPEV -	<i>Institut Polaire Émile Victor</i>
IRSEM -	<i>Institut de Recherche Stratégique de l'Ecole Militaire</i>
IPF -	<i>International Polar Foundation</i>
km -	Quilômetro
km ² -	Quilômetro quadrado
M€ -	Milhão de euros
MLA -	<i>Mission Logistique Antarctique</i>
MNF -	Marinha Nacional Francesa
NORDEFECO -	<i>Nordic Defence Cooperation</i>
OMI -	Organização Marítima Internacional
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNRA -	<i>Programma Nazionale di Ricerche in Antártida</i>
RCTA -	Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica
séc. -	Século
STA -	Sistema do Tratado da Antártica
TAAF -	<i>Terres Australes et Antarctiques Françaises</i>
UE -	União Europeia
ZEE -	Zonas Econômicas Exclusivas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O ESTATUTO GEOPOLÍTICO COMPLEXO DAS REGIÕES POLARES....	10
2.1	A teoria de Raymond Aron.....	10
2.2	As “sociedades internacionais” do Ártico e da Antártica.....	14
2.3	As mudanças geopolíticas nos Polos.....	17
2.4	Conclusões parciais	19
3	A FRANÇA NO ÁRTICO.....	20
3.1	A história ártica da França (séc. IV a.C - 1989).....	20
3.2	Elementos gerais de geografia: os interesses franceses no Ártico.....	23
3.3	O Diplomata: a cooperação pós-guerra fria (1989 - 2017).....	27
3.4	O Soldado: a presença militar da França.....	30
3.5	Conclusões parciais.....	34
4	A FRANÇA NA ANTÁRTICA.....	35
4.1	O legado histórico da França na Antártica (séc. XVIII - 1959).....	35
4.2	Elementos gerais de geografia: os interesses franceses na Antártica.....	39
4.3	A França e o Tratado da Antártica (1959 - 2017).....	44
4.4	A presença militar na Antártica: o dispositivo da Marinha Nacional Francesa.....	48
4.5	Conclusões parciais.....	49
5	CONCLUSÃO.....	50
	REFERÊNCIAS.....	53
	APÊNDICES.....	58
	ANEXOS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2009, o Presidente Sarkozy nomeou o ex-primeiro-ministro Michel Rocard como embaixador da França nas negociações internacionais relativas às regiões do Ártico e da Antártica. Poder diplomático reconhecido, presente em mais de vinte países, a França destacou-se com essa decisão original. O que motivou esse reforço da França na cena polar?

A França é historicamente um Estado polar, com uma forte tradição de expedição, de exploração e uma presença científica permanente nos Polos. Os nomes de Jules Dumont d'Urville, Jean-Baptiste Charcot ou Paul-Émile Victor fazem parte do patrimônio cultural francês e do imaginário coletivo.

O objetivo do nosso estudo é tentar entender o interesse do Estado francês por regiões tão geograficamente distantes. O governo francês segue uma abordagem realista para as relações internacionais? Ou tem uma vontade bastante liberal motivada por ideais de paz, ideais concebíveis em nome do Estado cujo lema é "Liberdade, Igualdade, Fraternidade"?

Para entender completamente a lógica da Política Externa Francesa, nosso estudo deve cobrir tanto o Ártico quanto a Antártica. A ambição da nossa pesquisa é dar uma visão geral das ações políticas realizadas pela França. O período abrangido será, portanto, tão amplo quanto possível, no entanto, focaremos na fase contemporânea, até o acesso ao poder do Presidente Emmanuel Macron em 2017. Desde o início dos anos 2000, a questão do aquecimento global e a perspectiva de um desequilíbrio geopolítico no Ártico tornou-se motivo de preocupação dentro da classe dominante francesa.

A percepção inicial do autor é que a França, motivada por questões tradicionalmente realistas, é caracterizada por um desejo de desempenhar um papel positivo no cenário internacional, para marcar a história. Foi adotada a hipótese que no final da Guerra Fria (1947-1989), uma ruptura é notada nas decisões diplomáticas da França, que deve agora

concordar em “jogar em equipe”. O tipo de pesquisa realizada irá comparar uma Teoria Realista das Relações Internacionais com as realidades observadas no Ártico e na Antártica.

Para verificar a percepção do autor e a suposição feita, vamos usar o método científico: vamos isolar o sistema composto pelo Ártico e a Antártica, estudar o ator “França” e dividir a linha do tempo em vários períodos para analisar a Política Externa Francesa. Buscando capturar o “espírito francês” (“*ethos*”), optamos por contar com um teórico das Relações Internacionais da nacionalidade francesa, Raymond Aron. A escolha de Raymond Aron está relacionada com sua nacionalidade, com a originalidade de sua jornada intelectual (Aron é ao mesmo tempo um historiador, sociólogo e filósofo) e, também com seu conceito de “sociedade internacional”, que nos parece bastante adaptado a um ambiente geopolítico tão complexo como o dos Polos.

Após esta introdução, no segundo capítulo, apresentaremos os diferentes elementos necessários para a aplicação da metodologia científica. Vamos definir o sistema composto pelo Ártico e pela Antártica, e a importância de estudar a estrutura geopolítica dessas áreas. Em seguida, pretende-se fornecer as principais características do trabalho de Raymond Aron e sua “sociedade internacional”. O terceiro e quarto capítulos serão dedicados à apresentação de características geográficas, os vários destaques históricos da política francesa no Ártico e na Antártica, com a finalidade de verificar se houve intuito da França em privilegiar os seus interesses em detrimento do interesse geral. Finalmente, a conclusão tentará responder à pergunta feita: quais são as motivações para as ações políticas da França nos Polos?

Assim inicia-se o estudo com a apresentação dos conhecimentos necessários para a compreensão da pesquisa. No capítulo a seguir são abordadas a fundamentação teórica, com a apresentação da Teoria Realista, e a descrição do Ártico e da Antártica, cenários dos estudos que foram realizados.

2 O ESTATUTO GEOPOLÍTICO COMPLEXO DAS REGIÕES POLARES

Para realizar nosso estudo de acordo com uma metodologia científica, é importante apresentar nosso "teorema" e nosso objeto de estudo. Este capítulo será assim dividido em três partes. Na primeira subseção, apresentaremos alguns elementos da teoria de Raymond Aron, um cientista político francês geralmente qualificado como Realista, tendo marcado profundamente a visão das relações internacionais na França. Então, na seção seguinte veremos como o conceito de "sociedade internacional" de Raymond Aron se aplica aos casos do Ártico e da Antártica. Por fim, justificaremos a relevância de nosso estudo, apresentando os atuais e futuros levantes geopolíticos nos Polos.

A seguir, será apresentada a teoria de Raymond Aron com ênfase na sua teoria dos objetivos e no seu conceito de "sociedade internacional".

2.1 A teoria de Raymond Aron

Filósofo e sociólogo do século XX, Raymond Aron (1905-1983) é considerado como o fundador do campo de estudo das Relações Internacionais na França. Classificado como um realista, ele desenvolveu sua teoria em torno da ideia de que a guerra é o elemento central das relações entre as nações. No entanto, veremos que sua contribuição é muito maior, e apresenta muitos matizes.

No momento do lançamento da sua obra-mestra "Paz e Guerra entre as Nações" (1962)¹, a ciência das relações internacionais era domiciliada nos Estados Unidos da América (EUA). Essa hegemonia remonta à publicação de "A Política entre as Nações" de Hans Morgenthau em 1948. O sucesso do livro de Morgenthau (1904-1980) foi considerável,

¹ A versão francesa foi publicada em 1962, o ano da crise cubana, e foi escrito entre 1960 e 1961, enquanto a Guerra Fria estava em pleno andamento. Foi nesse período também que a descolonização levou ao nascimento de dezenas de Estados, todos empenhados para compreender noções de soberania e do monopólio da violência física legítima (BADIE, 2005). A versão brasileira, utilizada nessa dissertação, foi publicada em 1979.

embora nunca tenha sido traduzido para o francês. Foi Raymond Aron quem criou verdadeiramente uma disciplina autônoma das Relações Internacionais na França, por meio da encruzilhada da História, do Direito, da Economia, da Ciência Política e da Sociologia. Sua preocupação de abrir o âmbito das Relações Internacionais aos grandes problemas de sociedade faz de Aron um dos inventores da Sociologia das Relações Internacionais (BADIE, 2005).

Ressalta-se que Aron (1979) compartilha muitos conceitos com os teóricos do movimento Realista. Isso porque a concepção Realista apresenta os Estados como os atores principais do sistema internacional e, ainda, faz saber que esses são os únicos atores com capacidade de influir nos processos de tomada de decisão já que eles têm o monopólio da força (VILLA, 2004).

Aron (1979) trabalha a partir de uma releitura do trabalho do teórico militar prussiano Karl von Clausewitz (1780-1831), e demonstra que a Guerra é uma forma de continuar a fazer Política. Segundo Aron (1979), o Estado é o ator principal das relações internacionais. O autor descreve como “sistema” cada agrupamento de Estados entre os quais se dão as relações internacionais: “Sistema internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral.” (ARON, 1979, p.122).

De acordo com Aron (1979), o Estado possui o monopólio da violência legítima. Baseado no Poder, o Estado não pode ser abolido nem mesmo contornado. O Estado é o último recurso de qualquer negócio internacional e, além disso, está assim no centro do jogo internacional. Na ausência de um árbitro supremo, cada Estado tem o direito de recorrer à violência. Assim os Estados devem continuamente viver "à sombra da guerra" (ARON, 1979, p.43).

Segundo Aron (1979), duas figuras estruturam relações interestatais: o

Diplomata, que representa o Estado em tempo de paz; e **o Soldado**, que usa as cores da Nação em tempo de guerra. A Diplomacia e a Estratégia são duas formas de ação política, nunca totalmente inseparáveis, que os Estados usam juntas, mas de forma diferente, dependendo das circunstâncias e sempre de acordo com o interesse nacional.

Aron (1979) procurou identificar os principais objetivos do estadista e distingue principalmente duas séries de objetivos. Segundo o autor, o primeiro objetivo que uma unidade política pode visar é a **Segurança**. Assim como Thomas Hobbes (1588-1679) sugere em sua análise do “estado de natureza”, todo indivíduo ou unidade política aspira a sobreviver. Mas a Segurança, explica Aron, pode se basear na fraqueza dos seus rivais ou na sua própria força, no **Poder**. Para o sociólogo francês, se a Segurança e o Poder fossem os únicos objetivos de um Estado, seria possível definir um modelo teórico racional para a conduta dos Estados. Mas o homem, individual ou coletivamente, quer ser forte para ser temido, mas também respeitado ou admirado. Isso é o que Aron tentou traduzir pelo termo **Glória**. Assim Clemenceau² queria Segurança, Napoleão o Poder e Louis XIV a Glória da França (ARON, 1987, p103).

Aron (1979) completa essa primeira série ternária chamada de “abstrata” da Segurança, do Poder e da Glória por meio de adição de uma outra, a série “concreta” : o Espaço, os Homens e as Almas. Como parte do nosso estudo, vamos reter apenas o primeiro elemento: o Espaço. Na rivalidade dos povos, a posse do Espaço é a aposta original. Os objetivos de conquista de população (“Homens”) e de alistamento religioso ou político (“Almas”) não seriam relevantes nos Polos, territórios sendo pouco ou nada habitados.

Os quatro elementos escolhidos, **Segurança, Poder, Glória e Espaço**, serão as variáveis analisadas nos próximos capítulos frente às ações da França no Ártico e na Antártica.

² George Clemenceau (1841 – 1929) foi um estadista francês. Chefiou a França durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Fonte: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/georges-clemenceau/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Desde “Paz e Guerra entre as Nações”, Aron (1979) admite a existência de uma sociedade transnacional, manifestando-se pelo intercâmbio comercial e pelas organizações que ultrapassam as fronteiras nacionais. Perante a evolução do mundo, Aron pergunta se o sistema interestatal, em que ele concentrou suas observações, foi o elemento mais importante representante e mais significativo das relações internacionais. Em outra obra “Nos últimos anos do século” (1987), o autor descreve que o sistema interestatal poderia ser um aspecto particular da “sociedade internacional”:

Talvez possamos chamar de *sociedade internacional* ou *sociedade mundial* o grupo que engloba o sistema interestatal, a economia mundial (ou o mercado mundial ou o sistema econômico mundial), os fenômenos transnacionais e supranacionais, aplicando-se o adjetivo internacional a todos os aspectos que já distingui. Chamemos, por comodidade, de *sociedade internacional* o conjunto de todas as relações entre países e entre pessoas que permitem sonhar com a unidade de espécie humana.

Não penso que a formula *sociedade internacional* ou, de preferência, mundial, constitua um conceito verdadeiro. Este formula designa, sem descrevê-la, uma totalidade que incluiria ao mesmo tempo o sistema interestatal, o sistema econômico, os movimentos transnacionais e as diversas formas de troca (de comércio, no sentido lato do século XVIII) entre as sociedades civis, as instituições supranacionais (ARON, 1987, p.27, grifo do autor).

Apesar de ser convencido pela importância do papel do Estado no cenário internacional, ele constata também que “embora [o sistema interestatal] parece estar passando para o segundo plano” (ARON, 1987, p.65). Segundo Marcel Merle³ (1984), Aron reconhece que a decisão final tomada pelos governos depende de uma série de influências, após as quais grandes organizações burocráticas desempenham um papel cada vez mais importante: a posição de Aron não muda fundamentalmente e permanece realista.

De acordo com Rafael Duarte Villa (2004), a “sociedade internacional” de Raymond Aron é o modelo mais adequado para estudar a Antártica. Esse modelo permite encarar todos os novos tipos de interações que não são regulados pelos órgãos estatais tradicionais. No seu livro “A Antártida no sistema internacional” (2004), Villa considera assim que o sistema internacional deve deixar de ser reduzido a um fluxo de intercâmbios entre os Estados. A história mostrou a emergência de organismos internacionais como a

³ Marcel Merle (1923-2003) é um cientista político conhecido por sua crítica do trabalho de Raymond Aron e comentou particularmente os últimos escritos do sociólogo.

Organização das Nações Unidas (ONU) (VILLA, 2004). Segundo Hervé Coutau-Bégarie⁴ (2007), organizações internacionais como a Organização Marítima Internacional (OMI) e os projetos privados como a Plataforma Operacional do Ártico (ARCOP)⁵ têm também um papel a desempenhar (COUTAU-BEGARIE, 2007).

Segundo Villa (2004), ao ampliar o âmbito dos estudos, o teórico das relações internacionais vai levar em conta novos fenômenos, mais característicos da nossa era contemporânea. Deixará de existir uma limitação da análise geopolítica às relações de poder entre os Estados. Além dos assuntos da segurança nacional-militar e das problemáticas econômica-tecnológicas, o cientista político abordará novos temas como ambientalismo ou desarmamento. Villa argumenta assim para uma “ampliação da agenda das relações internacionais” (VILLA, 2004, p93).

É importante observar que pensar as relações internacionais como não obedecendo mais à noção metodológica Realista não entra em contradição com o reconhecimento de que o Estado é o principal instrumento das Relações Internacionais. Aron e Villa chamam atenção para a constatação que o Estado-nação perdeu a exclusividade do direcionamento das relações internacionais.

Feita esta breve apresentação da obra e de conceitos de Raymond Aron e de sua teoria Realista, cabe, agora, passar para a próxima seção, na qual serão abordados os aspectos geopolíticos mais relevantes do Ártico e da Antártica, necessários para a contextualização das ações que serão descritas nos capítulos seguintes.

2.2 As “sociedades internacionais” do Ártico e da Antártica

Por causa do clima extremo e das dificuldades que os navios têm para navegar, as

⁴ Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012) é um historiador francês e um cientista político.

⁵ Em 2003, representantes da indústria naval e pesquisadores de cinco países da UE, Rússia e Noruega iniciaram um projeto de pesquisa de três anos: a Plataforma Operacional do Ártico (ARCOP). Fonte : <<http://www.arctis-search.com/Arctic+Operational+Platform>>. Acesso em 08 jul. 2018.

regiões polares permaneceram desabitadas ao longo da história da humanidade. A importância geopolítica das regiões polares passou de uma quase insignificância no início do século XX para um *status* significativo nos dias atuais (IPF, 2010). Para compreender esse cenário, vamos examinar mais de perto o ambiente geopolítico e legal dos dois polos nos parágrafos seguintes.

Ratificada em 1996, a Declaração de Ottawa estabeleceu a criação do Conselho do Ártico (CA). Esse Conselho é composto de três categorias de atores: membros, participantes e observadores. Os oito membros permanentes são o Canadá, os EUA (via Alasca), a Dinamarca (via Groenlândia), a Federação Russa, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia. A Declaração também prevê a participação ativa e contínua de comunidades e organizações indígenas. O CA também oferece *status* de observador, mediante convite e aprovação de membros, a Estados não-árticos ou comunidades de Estados (China, Coreia do Sul, Itália, União Europeia). Somente os Estados-membros têm o direito de votar (PLOUFFE, 2011).

O CA é um fórum multilateral e intergovernamental que visa estimular a cooperação, a coordenação e o intercâmbio entre os Estados circumpolares e os povos indígenas sobre questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, bem como o desenvolvimento econômico e social. De acordo com a Declaração de Ilulissat (2008), os Estados-membros do CA devem referir-se à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CNUDM) para determinar pacificamente a delimitação da plataforma continental⁶. Com essa declaração, os Estados estão recusando a possibilidade de um novo marco jurídico internacional para regular as atividades no Ártico (PLOUFFE, 2011).

Em fim, devemos recordar que o Oceano Ártico é cercado pela Rússia e quatro

⁶ A CNUDM define uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) que se estende até 200 milhas náuticas da costa, e onde o Estado costeiro exerce direitos soberanos em matéria econômica. Além desse limite, as águas são consideradas como internacionais. No entanto, o limite de 200 milhas náuticas pode ser alargado por um Estado costeiro se puder fornecer a evidência da extensão da plataforma continental para além desse limite. Em 2007, os russos causaram controvérsia ao plantar a bandeira russa no fundo do oceano no Polo Norte (IPF, 2010).

membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): a Noruega, a Dinamarca, os EUA e o Canadá (IPF, 2010).

Por seu turno, a Antártica é governada por um sistema de tratados internacionais. O Tratado da Antártica assinado em 1959 no meio da Guerra Fria deu início à política de "coexistência pacífica", cujo período terminou em 1991 com a implosão da União Soviética (CESM, 2008). O Tratado da Antártica, o Protocolo de Madri e outros anexos constituem o Sistema do Tratado da Antártica (STA)⁷. O STA bloqueou as reivindicações territoriais anteriormente expressas e afirma que a Antártica é reservada para pesquisas científicas com propósitos pacíficos sob rígidas regulamentações ambientais (IPF, 2010).

Nos termos do Tratado da Antártica, os Estados têm o direito de participar de Reuniões Consultivas enquanto demonstrarem interesse pela Antártica, realizando atividades substanciais de pesquisa científica no continente. Hoje, vinte e nove Estados são “partes consultivas” da Reunião Consultiva do Tratado Antártico (RCTA)⁸. Sinal do surgimento da “sociedade internacional” de Raymond Aron, a RCTA está também aberta a membros não-estatais. Assim a Associação Internacional das Operadoras de Turismo Antártico (IAATO), que promove os interesses dos excursionistas na Antártica, participa na RCTA como “perito”⁹.

A Antártica é um dos poucos territórios no mundo que ainda não tem status jurídico definido. Assim, qualquer Estado pode ter presença nessa porção do mundo, sem que tal ação seja considerada ilegítima ou violadora de alguma norma de direito internacional. Caso singular da história das relações internacionais, a Antártica não escapa as barganhas de poder e influência dos Estados e agora de outros atores políticos (VILLA, 2004).

⁷ Um conjunto de instrumentos internacionais organiza a cooperação internacional na Antártica: o Tratado da Antártica (1959) ; a Convenção para a Proteção das Focas Antárticas (CCAS) (1972); a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) (1980); e o Protocolo ao Tratado da Antártica para a Proteção do Ambiente, o "Protocolo de Madrid" (1991) (FRANÇA, 2015a).

⁸ Fonte: <https://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=f>. Acesso em: 29 jul. 2018.

⁹ Fonte: <https://www.ats.aq/e/ats_meetings_atcm.htm>. Acesso em: 29 jul. 2018.

2.3 As mudanças geopolíticas nos Polos

Eventos recentes nos levam a questionar a geopolítica dos Polos no médio prazo. O aquecimento global está aguçando o apetite e forçando os diferentes Estados a se posicionarem. Vamos dar uma olhada nas diferentes tensões nessas duas regiões e fazer uma análise de riscos no Ártico e na Antártica.

Graças ao aquecimento global, áreas ricas em hidrocarbonetos seriam mais fáceis de acessar. Em julho de 2008, o *US Geological Survey* publicou um estudo segundo o qual aproximadamente 65% dos recursos do Ártico ainda não seriam descobertos. O petróleo e o gás à explorar estariam no mar e representariam respectivamente 13% e 30 % dos recursos ainda restantes no planeta (FRANÇA, 2016). Segundo Joël Plouffe (2011), como quase 95% dos depósitos potencialmente recuperáveis no Ártico são encontrados nas plataformas continentais e nas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) incontestáveis dos países do Ártico, a possibilidade de um conflito sobre esse assunto mantém-se baixa (PLOUFFE, 2011).

Além disso, o derretimento do gelo no Ártico também sugere novas formas de comunicação marítima. Aymeric Chauprade (2005) considera que a abertura de uma rota marítima direta entre o Japão e o norte da Europa perturbaria a situação nos transportes e na economia mundial, e provocaria uma "revolução geopolítica" (CHAUPRADE, 2005).

Por sua vez, Joël Plouffe (2011) faz uma análise bastante otimista das diferentes fontes de conflitos no Ártico. Segundo ele, as disputas nas passagens marítimas (sobre o *status* legal das águas destas passagens) e as problemáticas das extensões da plataforma continental provavelmente não seriam suficientes para justificar um conflito entre a OTAN e a Rússia (PLOUFFE, 2011).

A mudança climática poderá também trazer importantes impactos na geoestratégia do Ártico. A Rússia está numa posição mais vulnerável, pois estará exposta à aproximação

das forças da OTAN em toda a sua costa norte, até agora protegida pelo gelo. De um modo mais geral, a impunidade de submarinos devido à presença de gelo será questionada pela possibilidade de acesso por navios de guerra. O lançamento de mísseis balísticos nucleares se tornará possível para submarinos não especificamente concebidos para operar sob o gelo, o que provavelmente terá consequências sobre as suas áreas de patrulha. Uma simples observação do mapa do mundo mostra que o Polo Norte permite atingir qualquer país do hemisfério norte com um míssil balístico moderno (D'HEBRAIL, 2017).

Consciente da posição geoestratégica do Ártico, a Rússia está multiplicando as ações militares na região. Em 2007, Coutau-Bégarie notou a presença permanente do porta-aviões Kutznetsov com um grupo aéreo reduzido, e a existência de um dos três estaleiros russos no Ártico. Três quartos das ogivas nucleares russas localizam-se na península de Kola, onde se estabelece a maior base naval russa (D'HEBRAIL, 2017).

O ressurgimento do poder marítimo russo, junto à implementação chinesa de parcerias bilaterais com a Islândia e a Groenlândia, levanta para a OTAN a questão de antecipar a gestão de crises (VENARD, 2016). A OTAN procura assim aprofundar a cooperação aliada no Ártico por meio de exercícios militares de alta intensidade, "*Cold Response*" (ex "*Battle Griffin*"), nos quais os aliados treinam para responderem a desastres naturais ou ações terroristas no Extremo Norte Europeu (PLOUFFE, 2011). Além desses exercícios realizados dentro da "Parceria para a Paz", a cooperação no campo militar entre a OTAN e os outros países permanece relativamente rara e dispersa (D'HEBRAIL, 2017). Há que apontar também a existência da Cooperação Nórdica de Defesa (NORDEF) que reúne os cinco países nórdicos da Europa, sendo a Rússia excluída.

O aquecimento global também leva a uma análise de riscos na Antártica. A mudança no nível do mar poderia levar a uma reconfiguração das distribuições soberanas no Polo Sul. Nesse continente polar de 14 milhões de km² coberto quase completamente por uma

camada de gelo de 2.000 metros de espessura, o desafio é considerável. Caso esse cenário se estabeleça, é alta a possibilidade de que se assista ao despertar da reivindicação de soberanias de uma dúzia de Estados, incluindo a França, "congeladas" pelo Tratado de Washington desde 1961 até hoje (CHAUPRADE, 2005).

O Centro francês de Estudos Estratégicos da Marinha (CESM) (2008) expande a questão para a passagem de Drake. O estreito de Drake poderia ser um segundo canal do Panamá? Esse estreito de 650 km de largura dobra o cabo Horn. A Antártica seria uma extensão natural das Américas que poderia justificar, para os países ribeirinhos, o direito de controle sobre as passagens entre os Oceanos Atlântico e o Pacífico (CESM, 2008).

Assunto também levantado pelo problema do aquecimento global, a questão da água doce é agora primordial e já de relevância imediata na Austrália e no Oriente Médio, por exemplo, que carecem de água. As unidades de dessalinização tornaram-se caras, com o rápido aumento no custo de energia e matérias-primas. O potencial de água doce é muito importante e nos dirigimos provavelmente para uma guerra da água. O interesse para a água doce da Antártica manifesta-se regularmente com os projetos de reboque de iceberg (CESM, 2008).

2.4 Conclusões parciais

O surgimento de atores transnacionais como o Conselho do Ártico e atores não-governamentais como a IAATO confirmam a intuição de Raymond Aron sobre a evolução das relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Sabemos agora que o "teorema" constituído pelo dogma de Raymond Aron pode ser aplicado aos objetivos geopolíticos árticos e antárticos. Desse modo, no próximo capítulo, tentaremos descobrir se a França é movida por uma política realista ou liberal na sociedade internacional do Ártico.

3 A FRANÇA NO ÁRTICO

Neste capítulo serão descritas as ações da França no Ártico. Vamos tentar verificar a tese inicial dessa pesquisa segundo a qual a ação da França é característica de uma visão Realista das Relações Internacionais. Para isso, procuraremos demonstrar que a postura francesa está em conformidade com a teoria dos objetivos de Raymond Aron e que está constantemente buscando Segurança, Poder, Glória ou a conquista do Espaço para seu povo.

Este capítulo será dividido em quatro partes. Na primeira parte, descreveremos o interesse histórico que a França tem pelo Ártico em todos os momentos. Vamos nos concentrar na presença francesa no Ártico, considerando os atores não-estatais, como indústrias, como elementos importantes da estratégia geral francesa. Finalmente, estudaremos detalhadamente a Política Externa Francesa desde o fim da Guerra Fria, por meio de suas ações diplomáticas e de sua estratégia militar.

A primeira seção fará uma análise da presença histórica da França no Ártico, essencial para entender o peso da Glória nas motivações desse Estado .

3.1 A história ártica da França (séc. IV a.C - 1989)

O interesse pelo Polo Norte começou a se despertar na França desde o século IV a.C. com a expedição de Pytheas e a sua descoberta do continente de "Thulé"¹⁰. Alguns séculos depois, no século XVI, os negociantes de Lyon (França) desejando procurar uma rota para as Índias fora das áreas espanhola e portuguesa, empregaram o navegador Verrazano. Sob o patronato real de François I, ele embarcou em 1523 no *Dauphine*, alcançou a costa do continente norte-americano, denominou a terra descoberta de "*Francescane*" e atingiu

¹⁰ A villa de Marselha tinha patrocinado essa expedição para tomar o monopólio do tráfego marítimo aos fenícios. O "Thulé" é associado com a Noruega ou a Islândia por alguns. Essa viagem trouxe noções fundamentais para astronomia, cosmografia e geografia (EMMANUEL, 1959).

provavelmente a Groenlândia (EMMANUEL, 1959).

Em 1609, Henri IV permitiu a criação da *Compagnie française du Pôle Arctique*¹¹ para o estabelecimento do comércio com a Índia pela rota Norte. Servindo a companhia francesa, o navegador inglês Henry Hudson chegou até Nova Zembla¹². A tentativa feita em nome de Henri IV chamou a atenção dos baleeiros bascos para as águas ricas da *France Arctique*¹³ (nome temporário do Spitsbergen) (LA RONCIERE, 1917).

No século XVII, a Marinha francesa montou uma operação cujo objetivo era interromper a pesca da baleia feita pelos holandeses e ingleses na Groenlândia. O *Pélican*, acompanhado pelas fragatas *Aigle* e *Favory*, venceu a frota holandesa durante a batalha naval de Beerbay, em 10 de agosto em 1693, provavelmente a batalha que ocorreu nas maiores latitudes (EMMANUEL, 1959).

Durante o século XVIII, a Academia de Ciências organizou várias expedições científicas para conhecer a forma exata da Terra (EMMANUEL, 1959). Em 1735, Pierre Louis Moreau de Maupertuis embarcou para o Ártico com o sueco Celsius. Os resultados das medições de grau da expedição franco-sueca tiveram um enorme significado para muitas disciplinas científicas e no campo da tecnologia como na fabricação de cartas marítimas. Durante o século das Luzes (séc. XVIII), a França era uma das maiores potências do mundo e Maupertuis tornou-se um herói nacional no círculo de cientistas¹⁴. Alguns anos depois, ainda sob o reino de Louis XV (1715-1774), o capitão Yves Joseph de Kerguelen de Trémarec recebeu o comando de *La Folle* para uma campanha nas costas da Islândia para proteger os pescadores franceses de bacalhau nos mares do Norte. Em 1766, ele liderou *La Folle* em uma missão ao longo do Círculo Ártico e fez uma campanha de diversas medições náuticas no ano seguinte (EMMANUEL, 1959).

¹¹ Companhia francesa do Polo Ártico (tradução nossa).

¹² A Nova Zembla é um arquipélago no oceano Ártico, localizado entre o mar de Barents e o mar de Kara.

¹³ França ártica (tradução nossa).

¹⁴ Fonte: <<https://travelpello.fi/fr/expedition-de-maupertuis-en-laponie-finlande-pour-determiner-forme-de-terre/>>. Acesso em 08 jul. 2018.

A Terceira República (1870-1940) conheceu alguns dos exploradores mais importantes para a França no Ártico. Desde 1886, o geógrafo e etnógrafo Charles Rabot, designado como encarregado de missão pelo Ministério da Instrução Pública, viajou ao longo da costa oeste da Groenlândia, e familiarizou-se com os poucos conhecidos esquimós (ROMANOVSKY, 1945). Em seguida, o médico Jean-Baptiste Charcot visitou em 1902 a Ilha Jan Mayen, mas tornou-se famoso por suas duas expedições polares na Antártica. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), agora oficial da reserva da Marinha francesa, Charcot obteve dos ministérios de Instrução pública e da Marinha as contribuições em pessoal e material necessários para a organização de cruzeiros científicos anuais (MAURIN, 1937). Seu navio *Pourquoi Pas?* explorou a costa oriental da Groenlândia para estudar a geologia e a flora¹⁵. Em seguida, encarregado da preparação do Ano Polar Internacional de 1930 por parte da França, Charcot organizou a instalação da estação francesa em Scoresby Sund (Groenlândia) com o apoio da Dinamarca (CHARCOT, 1933).

Entre 1934 e 1935, o explorador Paul-Émile Victor passou um ano inteiro na Groenlândia, com a ajuda de Charcot, para viver no meio de uma população esquimó. Depois da 2^{da} GM, forte da sua experiência¹⁶, Victor obteve do governo francês a criação em 1947 das Expedições Polares Francesas (EPF), num contexto de corrida internacional na Antártica¹⁷. A carta anexada mostra as várias expedições realizadas no Ártico pelas EPF (ver Anexo A).

Em 1963, a França decidiu usar o privilegio dado pelo tratado de Svalbard¹⁸ assinado em 1920. Assim, o pesquisador Jean Corbel construiu os primeiros abrigos que formariam a base que hoje leva seu nome¹⁹. Em 1982, o grupo de pesquisa do Ártico foi

¹⁵ Fonte: <<http://www.netmarine.net/bat/hydro/pourquoiipas/celebre.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

¹⁶ Durante a 2^{da} GM, Victor ingressou na Força Aérea dos EUA e tornou-se instrutor na Escola de Treinamento Polar, onde criou esquadrões de busca e salvamento para o Alasca, Canadá e Groenlândia. Fonte: <<http://transpolair.free.fr/explorateurs/victor/biographie.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2018

¹⁷ Fonte: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/paul-emile-victor/3-un-nouvel-elan-la-creation-des-expediti-ions-polaires-francaises/>>. Acesso em 08 jul. 2018.

¹⁸ O Tratado de Svalbard de 1920, do qual a França é signatária, rege o território norueguês de Svalbard e "autoriza qualquer pessoa ou empresa de um país em vias de adesão a lá se instalar" (PLOUFFE, 2011).

¹⁹ Fonte: <<https://www.gazettelabo.fr/archives/publics/2003/76recherche.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

criado e integrado ao Instituto Francês para a Pesquisa e a Tecnologia Polares (IFRTP)²⁰.

Impulsionada por motivos econômicos, mas também pela busca de conhecimento, às vezes confiando em navegadores de prestígio ou em sua Marinha, a França esteve envolvida muito cedo na região do Ártico. Depreende-se, assim, que o Poder e a Glória de Raymond Aron são as principais motivações históricas do Estado francês. Destaca-se, assim, que essa tradição polar acabou sendo amplamente explorada após o fim da Guerra Fria para servir aos interesses do governo francês. Desse modo, após apresentado esse breve histórico, cabe agora destacar que a próxima seção apresenta os interesses franceses no Ártico.

3.2 Elementos gerais de geografia: os interesses franceses no Ártico

Situado nas fronteiras das zonas temperadas, o Ártico estende-se por uma área localizada entre 2.500 e 5.000 km da costa francesa (ver Anexo B). Visto da França, o Oceano Ártico apresenta-se como a extensão natural do Atlântico Norte, que banha a costa ocidental francesa. A França não possui nenhum território no Ártico. Embora o arquipélago de São Pedro e Miquelon²¹ possa constituir para a França um ponto de entrada para aquele oceano, ele está localizado geograficamente no Atlântico Norte. No entanto, a França tem uma presença permanente em pesquisa científica no Ártico por meio da base franco-alemã AWIPEV.

Tendo recursos naturais significativos, o Ártico é naturalmente uma área cobiçada por empresas francesas. A perspectiva de aquecimento global sugere novas oportunidades para empresas francesas já posicionadas na zona do Ártico. Isso ocorre porque, em primeiro

²⁰ O IFRTP nasceu em janeiro de 1992, resultado da fusão das Expedições Polares francesas com a Missão de Pesquisa dos Territórios Antárticos e Meridionais Franceses (*Mission de recherche des Terres australes et antarctiques françaises*). Fonte: <<http://www.institut-polaire.fr/ipev/linstitut/le-gip/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

²¹ O arquipélago de São Pedro e Miquelon pode ser considerado com um território muito valioso, particularmente num contexto de aumento dos fluxos comerciais na Passagem do Noroeste do Oceano Ártico. São Pedro e Miquelon pôde assim se estabelecer como uma referência no campo das "polartechs". As "polartechs" ou tecnologias polares provavelmente levarão a inovações de alto valor agregado, inclusive em ambientes temperados (VENARD, 2016; FRANÇA, 2015b).

lugar, a zona do Ártico possui recursos significativos de hidrocarbonetos, cuja exploração é estratégica para França. No campo do gás natural, é necessário lembrar que a Noruega é o maior fornecedor de gás natural da França²². As empresas *Total* e *Engie* estão assim entre os principais operadores do campo de gás de Snøwhit, no Mar de Barents, no lado norueguês^{23 24} (PLOUFFE, 2011).

No campo do petróleo, a empresa Total desenvolveu uma parceria com a Rússia. O maior depósito de petróleo, em Kharyaga, na Sibéria, foi operado pela empresa francesa Total entre 1999 e 2016. Apesar do fim da exploração de Kharyaga e do fracasso do projeto Chtokman (ver Apêndice A), a Rússia foi considerada pela empresa Total como um dos principais parceiros do Grupo, dadas sua parceria com a Novatek e sua participação no projeto Yamal LNG²⁵.

No campo da mineração, a região do Ártico oferece um potencial particularmente elevado. Na Groenlândia, haveria seis matérias-primas presentes na lista crítica da União Europeia²⁶; entre esses materiais críticos, o governo francês identificou explicitamente o nióbio²⁷ e o tântalo²⁸ no seu roteiro de 2016 como "essenciais para o setor de defesa de alta tecnologia" (FRANÇA, 2016, p36). Além disso, se quisermos entender as motivações do Estado francês, também é importante focar no urânio, importante para a França cuja energia elétrica é produzida em 80% pela energia nuclear²⁹. A empresa Areva, cujo capital é detido

²² A Noruega é o principal fornecedor de gás natural (43%), à frente da Rússia (21%) (FRANÇA, 2018).

²³ O Estado francês detém 1% das ações da Total desde 1996. Fonte: <<https://www.leconomiste.com/article/le-tat-francais-ramene-1-sa-participation-dans-total>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

²⁴ O Estado detém uma participação de 24,1% na *Engie*. Fonte : <<http://www.lefigaro.fr/economie/le-scan-eco/2017/09/08/29001-20170908ARTFIG00010-dans-quelles-entreprises-l-etat-detient-il-des-participations.php>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

²⁵ Comunicado da imprensa do Grupo Total do 21/01/2016. Disponível em: <<https://www.total.com/fr/medias/actualite/communiqués/russie-total-transfere-zarubezhneft-une-participation-de-20-et-son-role-doperateur-dans-kharyaga>>. Acesso em 08 jul. 2018.

²⁶ Fonte: Comunicado de imprensa da UE. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-600_fr.doc>. Acesso em 08 jul. 2018.

²⁷ O nióbio é usado nos reatores nucleares avançados que operam em altas temperaturas. Fonte: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/tantale-et-niobium/4-applications/>>. Acesso em 08 jul. 2018.

²⁸ O tântalo é usado na engenharia química moderna e na cirurgia, o tântalo sendo inerte no corpo humano. Fonte: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/tantale-et-niobium/4-applications/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

²⁹ Fonte: <https://www.connaissancedesenergies.org/sites/default/files/pdf-actualites/bilan-energetique-de-la-france-pour-2015-novembre2016_1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

em 98 % pelo Estado francês³⁰, está já presente no Canadá em Cigar Lake, o segundo maior depósito de urânio do mundo (FRANÇA, 2014). Em 2017, depois de 56 milhões de euros (M€) em investimentos, a Areva teve que renunciar a seu projeto de exploração da mina de urânio em Nunavut (Ártico Canadense), enfrentando a rejeição do povo indígena Inuit³¹.

Como todos os oceanos, o Ártico é sede de importantes atividades comerciais marítimas. Tendo isso em mente, nas próximas páginas vamos examinar sucessivamente a presença da França na indústria de cabos submarinos, na pesca e na navegação comercial.

Em primeiro lugar, a empresa francesa Nexans, já presente no Ártico, é uma das líderes mundiais na indústria de cabos (FRANÇA, 2016). Sabemos que 99% do fluxo digital do planeta passam através de cabos submarinos e que em termos de comunicações globais algumas centenas de milissegundos representam vantagens financeiras significativas. Com o aquecimento global, pode-se prever para um futuro não muito distante um aumento da passagem desses cabos pelo Oceano Ártico (D'HEBRAIL, 2017).

Em seguida, a pesca é um setor importante da economia francesa. Com mais de 7.000 embarcações, a frota francesa emprega cerca de 16.000 marinheiros e produz cerca de 1,8 bilhão de euros. Quase 79% das atividades de pesca francesas são empreendidas no Atlântico Nordeste. Terceiro maior produtor de pesca e aquicultura da União Europeia, a França tem ainda que importar para satisfazer as necessidades da sua população³². Sabemos que o aquecimento dos mares levou uma migração gradual de cardumes para o Norte. Dadas as previsões sobre o aumento da população mundial nas próximas décadas, e o peso da pesca no mundo de hoje³³, as águas ricas em peixe do Oceano Ártico oferecem um potencial econômico para a indústria da pesca francesa (D'HEBRAIL, 2017).

No caso da navegação de cruzeiro, as empresas francesas especializadas estão em

³⁰ Fonte: <<http://www.lefigaro.fr/flash-eco/2017/08/16/97002-20170816FILWWW00117-areva-l-etat-detient-plus-de-98-du-capital.php>>. Acesso em 08 jul. 2018.

³¹ Fonte: <<https://www.usinenouvelle.com/article/areva-quitte-les-terres-inuites.N540609>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

³² Fonte: Tabelas da economia francesa – Edição 2016. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/1906727?sommaire=1906743>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

³³ 20% da população mundial vivem da pesca (D'HEBRAIL, 2017).

pleno andamento. A empresa francesa *Compagnie du Ponant*, cuja curva de crescimento para esse ramo é exponencial, é a líder mundial em cruzeiros no Ártico (D'HEBRIL, 2017). Atualmente, não há grandes interesses franceses nos outros tipos de navegação comercial no Ártico. A CMA-CGM, líder francesa em transporte de contêineres e terceira maior do mundo, expressou sua relutância em usar as águas perigosas do Ártico³⁴ e não usa as rotas marítimas que passam por aquele oceano (PELAUDEIX; RODON, 2013).

Em 2016, o governo francês abordou a problemática dos interesses econômicos franceses no Ártico. Ele apresentou suas dúvidas sobre a lucratividade estratégica dos hidrocarbonetos na região ártica e considera as perspectivas na área dos fluxos marítimos com “de rentabilidade econômica incerta”³⁵ (FRANÇA, 2016, p 28). De fato, os riscos náuticos a serem assumidos nas condições descritas acima geram custos adicionais de seguro que cancelam quaisquer benefícios (D'HEBRIL, 2017). O governo francês (2016) preferiu chamar atenção para a exploração de novos recursos biológicos renováveis no alto-mar, como o bacalhau polar ou o linguado, e para o setor de infraestrutura³⁶. Ele salientou também a importância de investir nos setores inovadores como as novas tecnologias e os programas espaciais dadas as necessidades em telecomunicações, segurança marítima, monitorização ambiental e gestão sustentável dos recursos marinhos (FRANÇA, 2016).

As dúvidas do governo francês sobre a lucratividade estratégica dos hidrocarbonetos na região ártica podem ser explicados pelos retrocessos enfrentados pela

Total, tensas relações geopolíticas com a Rússia desde a invasão da Ucrânia com a retomada

³⁴ A navegação no Oceano Ártico é extremamente difícil. As condições do mar são severas mais da metade do ano, e é noite durante vários meses seguidos no inverno. Neve e gelo podem acumular-se nas superestruturas, interrompendo as comunicações e ameaçando a estabilidade dos navios. Os desvios magnéticos tornam impossível qualquer referência ao Norte magnético. Os mapas do fundo do mar são incompletos ou desconhecidos. Acima de tudo, cada derretimento sazonal do bloco de gelo provoca a disseminação de pedaços de gelo planos, os “growlers”, quase indetectáveis para óptica, por radar ou satélite (D'HEBRIL, 2017).

³⁵ A passagem Nordeste, atualmente, está sujeita à obrigação de acompanhamento por um quebra-gelo russo, aumentando os custos ao armador. Segundo D'Hebril (2017), nenhuma empresa de navegação vai considerar a rota pelo Ártico como economicamente viável nos próximos dez anos. O Ártico é usado muito mais como um destino ou para o tráfego porto-a-porto do que como uma área de trânsito global (D'HEBRIL, 2017).

³⁶ De acordo com o senado francês, com as perspectivas da mudança climática, as imensas necessidades de infraestrutura, edifícios, estradas, que os vários países precisam no Ártico, não deixarão de atrair grandes grupos franceses, como Bouygues ou Vinci (FRANÇA, 2014b).

da Crimeia em 2014 e o impacto negativo da mídia em relação a qualquer derramamento de óleo que venha a ocorrer no Ártico. No próximo capítulo, examinaremos as ações diplomáticas tomadas pelos vários regimes presidenciais da Quinta República até a ascensão do Presidente Macron em 2017.

3.3 O Diplomata: a cooperação pós-guerra fria (1989 - 2017)

Desde o fim da Guerra Fria, a França empreendeu seus primeiros passos na “sociedade internacional” do Ártico com sucesso. Ao não possuir território no Ártico, a França usou seu passado científico para reivindicar seu lugar na comunidade do Ártico. A pesquisa científica francesa tornou-se assim o principal “passaporte diplomático” da França naquela região (TAITHE, 2016). Tendo assim valorizado a sua tradição de exploração polar e de pesquisa científica³⁷, a França foi o primeiro país a obter em 2000 o *status* de observador no Conselho do Ártico (CA) (VENARD, 2016).

Assim, dez anos depois do fim da Guerra Fria, a França conseguiu obter um lugar nos três órgãos de cooperação do Ártico relacionados com o Conselho do Ártico (CA), o Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents (CEAB) e o Conselho dos Estados do Mar Báltico (CEB)³⁸. Essa qualidade de observador é politicamente muito importante porque dá à França uma presença importante na cooperação inter-regional e um lugar nas discussões trocadas e informações coletadas. A integração da França nesses órgãos de governança está contribuindo para uma diversificação dos canais de cooperação, principalmente com a Rússia (BANNAY, 2013; VENARD, 2016). Embora essencial para a estratégia do Ártico francês, o *status* de observador fica bastante limitado. O Conselho do Ártico não dá a palavra a todos os países

³⁷ De fato, para os Estados fora da zona boreal, as atividades de pesquisa no Ártico são um pré-requisito para obter e manter o status de observador no CA.

³⁸ A França foi assim convidada para ser membro observador do Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents (CEAB) desde 1990 (PELAUDEIX; RODON, 2013). A França tornou-se Estado observador no Conselho dos Estados do Mar Báltico (CEB) em 1999.

sobre assuntos que possam afetá-los (PELAUDEIX; RODON, 2013). Duas opções estão então abertas ao governo francês para afirmar seu lugar na região: fortalecer a cooperação com a União Europeia e fazer do Ártico uma preocupação mundial para legitimar o papel da França na região.

A França trabalhou, assim, para fortalecer sua cooperação com os países europeus no Ártico. Para tanto, em 2003, o Instituto Alfred Wegener (AWI) e o Instituto Polar francês Paul-Emile Victor (IPEV) (ex-IFRTP) decidiram reunir a base alemã e as duas bases francesas, "Rabot" e "Corbel", para criar uma única base de pesquisa em Spitsbergen: a base AWIPEV³⁹. Além disso, os pesquisadores franceses estabeleceram estreitas relações com a Universidade do Svalbard (PLOUFFE, 2011).

O Ano Polar Internacional 2007-2008 teve um forte impacto na França e um papel catalisador. Com a presidência de Nicolas Sarkozy (2007-2012), embora mantendo a importância dada à cooperação internacional, à pesquisa científica - essencial à sua presença no CA -, a diplomacia francesa fez da proteção do meio ambiente sua nova prioridade. Aproveitando seu papel de presidente da União Europeia, a França organizou em 2008 uma conferência internacional sobre a mudança climática no Ártico em Mônaco⁴⁰.

Em 2009, o Presidente Sarkozy decidiu nomear Michel Rocard⁴¹ como embaixador dos Polos do Ártico e da Antártica. A França já tinha representações diplomáticas em todos os países do Ártico, até no solo groenlandês⁴² (FRANÇA, 2014b). Apresentada como parte da política eco-responsável da França, essa decisão permitiu mostrar a vontade dela de contribuir para o desenvolvimento sustentável do Ártico (FRANÇA, 2009b). Chavelli

³⁹ Fonte: <<http://www.awipev.eu/>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁴⁰ Fonte: <<http://www.palais.mc/fr/actualites/s-a-s-le-prince-albert-ii/evenement/2008/novembre/la-conference-internationale-l-arctique-un-observatoire-pour-relever-les-defis-des-changements-environnementaux-co-organisee-par-la-presidence-francaise-de-l-union-europeenne-et-la-principaute-de-monaco-1304.html>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁴¹ Michel Rocard, ex-primeiro ministro de François Mitterand, ex-deputado do Parlamento Europeu, foi um dos negociadores do Protocolo de Madri para a Antártica em 1991 e co-patrocinou a proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre um tratado internacional relativo à proteção do Ártico em 2008 (PELAUDEIX; RODON, 2013).

⁴² É o revezamento na Groenlândia da embaixada francesa para Dinamarca (FRANÇA, 2014b).

Sulikowski (2013) explica que o papel desse embaixador itinerante visa sobretudo a melhorar a coordenação das políticas nacionais da França.

A França (2009a) expressou sua preocupação pelo meio ambiente no âmbito do "*Grenelle de l'environnement*" e anunciou que participaria de todos os organismos internacionais por meio dos quais promover a adaptação de regulamentações internacionais sobre o uso do Oceano Ártico. A França (2009a) expressou também sua vontade de apoiar a criação de um observatório científico internacional do Ártico, e desenvolveu em 2010 essa ideia ao nível nacional com o "*Chantier arctique français*"⁴³. Em seguida, em 2011, foi criado o laboratório "Takuvik", fruto de uma parceria entre o CNRS e a Universidade de Laval (Canadá)⁴⁴. O CNRS estabeleceu também um diálogo bilateral com a *National Science Foundation* (EUA) (PELAUDEIX; RODON, 2013).

Em 2015, sob a presidência de François Hollande (2012-2017), a França se destacou no cenário internacional pela organização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, a "COP 21"⁴⁵. Graças ao sucesso desse acordo, a França se posicionou como líder indiscutível na luta contra as mudanças climáticas.

Em 2016, foi divulgado o roteiro "*Feuille de route pour l'Arctique*"⁴⁶, estratégia nacional voltada para as oportunidades e riscos propostos pelo aquecimento global do Ártico. O governo francês (2016) alertou sobre os perigos da exploração de petróleo ou a ameaça representada pelo turismo polar para os ecossistemas do Ártico, e recordou a importância do desenvolvimento sustentável na região, particularmente no campo da pesca. Enfim, o governo francês (2016) lembrou que a ação da França estava em harmonia com a UE e defendia o *status* de observador para a UE no Conselho do Ártico (FRANÇA, 2016).

Como explicar essa "mudança verde" que tomou a posição política da França que parece privilegiar o interesse geral aos seus próprios interesses? Segundo Vénard (2016), com

⁴³ Fonte: <http://www.chantier-arctique.fr/fr/chantier_arctique.php>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁴⁴ Fonte: <<http://www.takuvik.ulaval.ca/>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁴⁵ Fonte: <<https://www.gouvernement.fr/action/la-cop-21>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

⁴⁶ Rumo à Antártica (tradução nossa).

o roteiro nacional de 2016, a França afirmou uma lógica de governança participativa, a fim de promover uma visão exposta pelos EUA, no âmbito da presidência norte-americana do Conselho do Ártico (2015-2017), que girava em torno das tecnologias verdes na região. Segundo Gadál (2016), a postura política do Estado francês foi possível devido ao número relativamente pequeno de empresas francesas no Ártico e à separação de interesses entre empresas, como a Total, e o Estado francês (GADAL, 2016).

Usando sua experiência científica e a proteção do meio ambiente como passaportes diplomáticos no Ártico, a França desenvolveu uma diplomacia de dois níveis. De um lado, a França multiplicou as ações para ocupar uma posição influente dentro da “sociedade internacional”. Do outro lado, tendo observado os limites desses espaços multinacionais de cooperação, e ainda incapaz de impor sua visão dentro da União Europeia, a França está desenvolvendo uma diplomacia bilateral com os principais Estados-chaves do Ártico graças, entre outras iniciativas, ao seu embaixador para os dois Polos.

3.4 O Soldado: a presença militar da França

No campo militar, o Ártico é uma área particularmente importante para a França. No caso extremo de um potencial conflito, o Ártico não seria uma área de confronto direto para a França; mas no caso de uma crise no Ártico, estaria envolvida e isso por, pelo menos, três razões: sua filiação a uma aliança militar (OTAN⁴⁷), a uma organização política (UE⁴⁸) e seu *status* de potência nuclear (COLLIN, 2010). Além disso, a França é um importante participante na preservação da estabilidade e da segurança do Ártico devido às suas significativas capacidades de intervenção (VENARD, 2016).

Nos níveis político e estratégico, o governo francês (2016) afirma sua

⁴⁷ A França deixou em 1966 o comando integrado da OTAN, no que ela voltaria apenas em 2009.

⁴⁸ Em 1992, a França ratificou o Tratado de Maastricht que instaurou uma Política Externa e de Segurança Comum. Fonte: <<https://www.toutleurope.eu/actualite/la-politique-de-securite-et-de-defense-commune-psdc.html>>. Acesso em : 18 jul. 2018.

solidariedade com os países da zona do Ártico da UE⁴⁹ e da OTAN⁵⁰. A França considera que, em virtude de sua soberania e jurisdição sobre grandes áreas do Oceano Ártico, os Estados adjacentes⁵¹ estão na linha de frente para responder a questões de soberania. A França lembra que esses Estados ratificaram a CNUDM de 1982, que é o único enquadramento legal para as atividades no Oceano Ártico, e que o Conselho do Ártico não tem jurisdição para lidar com questões de segurança militar. O fórum adequado fica limitado a Mesa Redonda do Ártico das Forças (ASFR)⁵², que reúne representantes militares dos países da zona do Ártico e países fora da zona, aos quais a França participa regularmente (FRANÇA, 2016).

Como potência marítima, a França precisa que seja preservada a liberdade de navegação no Oceano Ártico. Em particular, as forças militares francesas devem poder usar a zona do Ártico para trânsitos de forças aéreas e navais, e possivelmente para operações aeronavais (FRANÇA, 2016). Em termos de dissuasão nuclear francesa, o Ártico é uma área estrategicamente importante para os submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos (VENARD, 2016).

Nos níveis operacional e tático, desde 2009, o ministro da Defesa Hervé Morin afirmava que a França estava pronta para enfrentar uma crise no Norte⁵³. Em 2012, a expedição conjunta do Grupo Militar de Alta Montanha e do Grupo de Comando de Montanha da 27ª Brigada de Infantaria de Montanha na Groenlândia, atestou a capacidade francesa de intervir nos solos árticos (BANNAY, 2013).

Destaca-se também que a Marinha Nacional Francesa (MNF) exerce o papel de liderança dentre as forças armadas do país no Ártico e sempre teve uma presença regular, naquele oceano. A MNF mantinha duas operações por ano na costa norte da Rússia até a

⁴⁹ Dinamarca, Finlândia, Suécia (FRANÇA, 2016).

⁵⁰ Canadá, EUA, Dinamarca, Islândia, Noruega (FRANÇA, 2016).

⁵¹ EUA, Canadá, Dinamarca, Noruega e Rússia (FRANÇA, 2016).

⁵² A Mesa Redonda das Forças de Segurança do Ártico (ASFR) é uma reunião semestral voltada para melhorar a comunicação e a conscientização dos domínios marítimos no Círculo Polar Ártico. As doze nações incluem: Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Holanda, Noruega, Rússia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. Fonte: <<https://www.apan.org/pages/case-study-asfr>>.

⁵³ Fonte: <<http://questions.assemblee-nationale.fr/q13/13-43770QE.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

invasão da Crimeia, que interrompeu qualquer cooperação franco russa (D'HEBRIL, 2017). A França participou dos exercícios da OTAN, o *Battle Griffin* 1996 e do *Cold Response* 2010, e o porta-aviões “Charles de Gaulle” cruzou o Círculo Ártico durante o exercício da OTAN *Brilliant Mariner*, em 2010⁵⁴. Todos os navios da última geração da MNF já foram testados para operações em regiões polares. A fragata de emprego antiaéreo *Chevalier Paul* fez pela primeira vez em 2010 seus testes na água fria dos mares norueguês e Barents, cruzando até Severomorsk na Rússia (BANNAY, 2013).

Foi em 2013 que a Zona Ártica entrou no Livro Branco sobre Defesa e Segurança Nacional da França (FRANÇA, 2013a). Desde o ano seguinte, as missões nórdicas “*Grand Nord*” foram então levadas. Em 2014, simultaneamente, o navio-patrolha *Fulmar* subiu até o Mar de Baffin e o rebocador de alto-mar *Tenace* até o Mar de Barents, a fim de aumentar o conhecimento da área e validar modelos de previsão de gelo^{55 56}.

Em seguida, as fragatas de emprego antissubmarino *La Motte Picquet* e *Primauguet* e o submarino nuclear de ataque *Pérola* foram envolvidos nas Missões *Narval* em 2014 e 2015⁵⁷. Em 2016, o navio hidrográfico *Beautemps-Beaupré* foi empregado em uma missão *Grand Nord*, que tinha por objetivo investigar o fundo do mar entre a Noruega e a Islândia, conhecimento importante para as ações anti-submarinas⁵⁸.

Como parte de sua ação militar no Ártico, a França multiplicou suas operações estratégicas com a Noruega e a Dinamarca. A missão *Narval* de 2014 foi realizada em cooperação com a Marinha real norueguesa⁵⁹. No final de 2015, o submarino nuclear de

⁵⁴ Fonte: <<https://www.meretmarine.com/fr/content/la-marine-francaise-renforce-sa-presence-dans-le-grand-nord>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁵⁵ Fonte: <<http://www.colsbleus.fr/articles/8650>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁵⁶ Os rebocadores de alto-mar da MNF, capazes de navegar no gelo, realizam regularmente missões no Extremo Norte, participando de programas de pesquisa científica, transportando equipamento e pessoal. Fonte: <<https://www.meretmarine.com/fr/content/la-marine-francaise-renforce-sa-presence-dans-le-grand-nord>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁵⁷ Fonte: <<http://www.colsbleus.fr/articles/8650>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁵⁸ Fonte: <<https://www.defense.gouv.fr/marine/a-la-une/le-beautemps-beaupre-un-navire-et-un-equipe-qui-ne-perdent-pas-le-nord>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁵⁹ Fonte: <<https://www.defense.gouv.fr/marine/a-la-une/la-fregate-la-motte-picquet-en-deploiement-narval>>. Acesso em 08 jul. 2018.

ataque *Casabianca* treinou com o submarino convencional norueguês *Utstein*⁶⁰. No mesmo ano, uma operação franco-dinamarquesa inédita foi realizada na Groenlândia. Pela primeira vez, um *Falcon 50M* da Flotilha 24F foi enviado para Kangerlussuaq para operar com um *Challenger* dinamarquês⁶¹. O objetivo principal desse exercício era obter conhecimento da área e correlacionar as observações das tripulações com as observações dos satélites (concentração de icebergs, avaliação do tráfego marítimo, etc.).

Como explicado por Taithe (2016), além do *Tenace*⁶², os navios da Marinha não estão atualmente equipados para lidar com o gelo e as tripulações não estão familiarizadas com os procedimentos especiais envolvidos nessas condições climáticas. O reforço do casco dos novos navios de apoio classe *Loire*⁶³ que permitiria compensar a retirada de serviço do *Tenace*, ainda não está previsto. Além disso, os meios relativamente limitados da MNF, envolvida em teatros considerados mais prioritários, não lhe permitem garantir a permanência no Ártico (TAITHE, 2016).

Todas as operações da Marinha Nacional Francesa naquela região permitem adquirir um melhor conhecimento possível da área, garantindo a liberdade de movimento em alto-mar em uma área próxima aos centros de interesse da França e seus aliados⁶⁴. A contribuição da França para a segurança militar no Ártico contribui, portanto, para aumentar sua legitimidade para ação e participação na região (VENARD, 2016). Em particular, a criação de capacidades de salvamento marítimo e de gestão de crises (nacional ou conjunta), nomeadamente contra a despoluição, reforçaria a legitimidade das posições francesas nessa área (TAITHE, 2016).

A nível nacional, a estratégia de defesa nacional baseia-se no conceito de dissuasão nuclear, no qual a Marinha desempenha um papel decisivo dado a presença de

⁶⁰ Fonte: <<https://www.defense.gouv.fr/marine/a-la-une/le-sna-casabianca-s-entraîne-avec-le-sous-marin-norvegien-utstein>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁶¹ Fonte: <<http://www.colsbleus.fr/articles/8650>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁶² Nota do autor : o arco do *Tenace* tem um quebra-gelo.

⁶³ Em francês : *Bâtiment de soutien et d'assistance hauturier* – BSAH.

⁶⁴ Fonte: <<http://www.colsbleus.fr/articles/8650>>. Acesso em 08 jul. 2018.

submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos. O conhecimento profundo do ambiente do Ártico e a interoperabilidade com os aliados dos países nórdicos são indispensáveis para a credibilidade da postura militar francesa. A Marinha também contribui para a estratégia diplomática, já que apoia centros de pesquisa científica.

A nível internacional, como membro da OTAN e da UE, a França destaca a ausência de poder de decisão militar do Conselho do Ártico. Ao desenvolver uma capacidade multinacional de resgate em regiões polares, o país fortalecerá sua legitimidade na região.

3.5 Conclusões parciais

Com uma importante história de exploração no Ártico, mas sem território, a França teve que encontrar uma outra maneira de conquistar o Espaço e usou a ciência como passaporte diplomático na região. Embora nenhum interesse vital para a França esteja presente no Ártico, a zona do Ártico continua sendo uma área de grande influência internacional que a França não pode ignorar. Buscando ocupar todos os fóruns internacionais para mostrar seu Poder, a França desenvolveu um avançado sistema diplomático. Além disso, devendo atender a Segurança da sua população perante os desafios do aquecimento global e da remilitarização da região do Ártico, o Estado francês não hesita em destacar a fraqueza do Conselho do Ártico e valorizar o papel dos Estados na resolução de conflitos militares.

Portanto, neste capítulo, mostramos que as ações do Estado francês foram motivadas pelo desejo de atingir os objetivos definidos por Raymond Aron, a Segurança, o Poder, a Glória e o Espaço. A ação realista do Estado francês no Ártico deixa pouco espaço para dúvidas.

Assim, após vermos os interesses franceses no Ártico, o próximo capítulo trará uma síntese sobre os interesses no lado oposto do planeta, a Antártica.

4 A FRANÇA NA ANTÁRTICA

Para estudar a Política Externa Francesa na Antártica, em conformidade com o método do capítulo anterior, seguiremos um raciocínio cartesiano. Vamos primeiro isolar o sistema “Política Externa Francesa na Antártica” e detalhar suas características históricas e geográficas. Então, estudaremos as duas faces da ação política externa francesa definidas por Raymond Aron: a do Diplomata e a do Soldado.

Nosso objetivo é verificar se, de acordo com a teoria desenvolvida por Raymond Aron, a França é motivada pelos objetivos de Poder, Segurança, de Glória ou de Espaço. Também observaremos a validade da “sociedade internacional” de Raymond Aron e como a França interage com atores não-estatais na Antártica. Para tanto, a próxima seção é iniciada por uma descrição histórica da Antártica vista da França.

4.1 O legado histórico da França na Antártica (séc. XVIII - 1959)

O legado histórico da França na região antártica data do século XVIII. Depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Louis XV desejando reconstituir um império colonial, ordenou expedições nos mares do sul. Em 1772, as ilhas Kerguelen foram descobertas por Yves Joseph Kerguelen de Trémarec e as cinco ilhas Crozet por Marc-Joseph Marion-Dufresne e seu Imediato Julien Crozet (FIG. 2)(FRANÇA, 2015a).

O século XIX, por sua vez, testemunhou uma onda de interesse internacional pelo continente antártico, com muitas expedições europeias tentando localizar o Polo Sul magnético. A primeira expedição francesa que desembarcou na Antártica, foi a do francês Jules Dumont d'Urville. Em 1836, esse oficial da Marinha apresentou um plano de expedição ao continente austral ao Rei Louis-Philippe I⁶⁵. No ano seguinte, Dumont d'Urville saiu de

⁶⁵ Louis Philippe I (1773- 1850) foi o último rei da França e reinou entre 1830 e 1848.

Toulon no navio *Astrolabe* e deu os nomes de *Joinville*, *Louis-Philippe*, *Adélie* e *Clarie* às ilhas e territórios descobertos⁶⁶. Foi o primeiro homem a determinar a posição do Polo Sul magnético (HENRIQUES, 1984).

O desejo de expansão colonial, que pode ser igualado à essa vontade de conquistar o “Espaço” definida por Aron, contribuiu notavelmente para o crescente interesse da França na região antártica. A reivindicação dos territórios do Pacífico Sul no século XIX levou a França a garantir as rotas navais e estabelecer territórios próximos da região do Oceano Antártico. Por isso, foi estrategicamente pertinente para a França expandir sua esfera de influência até a Antártica (SULIKOWSKI, 2013).

Após essas viagens, a Antártica passou de moda por mais de meio século. Foi apenas em 1892 que o governo francês decidiu afirmar a sua soberania sobre as ilhas São Paulo e Amsterdã e as ilhas Kerguelen, enviando os avisos *Le Bourdonnais* e *L'Eure* (FIG. 2) (AUGET, 1983). No plano mundial, a Antártica voltou efetivamente à discussão em 1895 com a realização do 6º Congresso Geográfico Internacional que a identificou como o último continente a ser descoberto (HOISINGTON, 1975). Na França, o interesse antártico reacendeu-se com as expedições de Jean-Baptiste Charcot a bordo do *Français* (1903-1905) e a bordo do *Pourquoi Pas?* (1908-1910).

No início, com somente uma experiência na Ilha Jan Mayen, Charcot era considerado pouco experiente pela Marinha Francesa e teve que financiar a si mesmo a construção de seu navio, *Le Français*, a partir de sua fortuna pessoal⁶⁷. Graças a suas interações sociais e ao entusiasmo do público pelo projeto, ele acabou recebendo o apoio do Presidente da República Émile Loubet (1899-1906), uma bolsa da *Académie des Sciences*⁶⁸, como também apoio logístico de carvão do Ministro da Marinha. Com um orçamento total

⁶⁶ Respetivamente chamados hoje de ilha Joinville, Terra de Graham, Terra de Adélia e costa de Clarie (ou costa de Wilkes pela Austrália).

⁶⁷ Filho do famoso neurólogo Jean-Martin Charcot, ele vendeu parte da sua herança para subsidiar sua expedição. (EMMANUEL, 1967).

⁶⁸ Academia de Ciências (tradução nossa)

três vezes menor do que a expedição alemã na mesma época, Charcot conseguiu tornar sua expedição a bordo do *Français* um verdadeiro sucesso. Entusiasmada, a *Académie des Sciences* apoiou uma nova expedição francesa para a Antártica por seu “valor inquestionável científico e patriótico” (EMMANUEL, 1967; HOISINGTON, 1975). Durante a segunda expedição a bordo do navio *Pourquoi Pas?* (cuja construção foi financiada pelo governo francês), Charcot completou seu levantamento cartográfico da Terra de Graham, descobriu a Terra Loubet e a ilha que leva o seu nome⁶⁹.

No início do século XX, as questões de Segurança e Poder se desenharam cada vez mais no cenário antártico. O declínio dos estoques de baleias (cujo óleo era usado para iluminação das casas) provocou um crescente interesse pelas pescarias do hemisfério Sul. À medida que os Estados perceberam o potencial valor estratégico e econômico da Antártica, várias nações reivindicaram partes do continente. A partição da Antártica começou com o Reino Unido em 1908. Em 1924, a França reivindicou soberania sobre as ilhas Austrais e a Terra de Adélia, cuja delimitação era baseada nos descobrimentos de Dumont d'Urville (SULIKOWSKI, 2013; VILLA, 2004).

Se a soberania da França não foi questionada por nenhum país para as ilhas Austrais, não aconteceu o mesmo para a Terra de Adélia. De fato, somente a França, o Reino Unido⁷⁰, a Austrália⁷¹ e a Nova Zelândia, tinham concordado antes de expressar suas próprias reivindicações (FRANÇA, 2015a). Assim, em 1946, os noruegueses questionaram o Decreto de 1924 atribuindo a Terra de Adélia à França, argumentando que nenhum francês tinha pisado na Antártica desde sua descoberta por Dumont d'Urville. Desta forma, o governo do Presidente Vincent Auriol (IV^{ta} República), entendeu a urgente necessidade de reafirmar a soberania francesa no continente antártico. As Expedições Polares Francesas (EPF) foram

⁶⁹ Fonte: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/jean-baptiste-charcot/>>. Acesso em 09 jul. 2018.

⁷⁰ Se a soberania da França na Terra de Adélia não levantou objeções do Reino Unido, foi condicionado pela desistência da França dos seus direitos sobre as descobertas feitas por Dumont d'Urville em 1838 (ilha Joinville) e Charcot em 1908-10 (Terra Fallière, Terra Charcot) (AUGER, 1983).

⁷¹ A Austrália aceitava assim a inserção do enclave de Adélia em seu vasto setor.

criadas em 1947, e colocadas sob a responsabilidade de Paul-Emile Victor. Durante as primeiras expedições na Terra de Adélia, a Marinha foi encarregada do apoio logístico e compartilhou com as EPF o *Commandant Charcot*, navio sob estatuto militar⁷².

Para tornar seus direitos de soberania ainda mais expressivos, a França reuniu em 1949 as ilhas de Amsterdã, São Paulo, Crozet, Kerguelen e a Terra de Adélia em uma única entidade administrativa, dependente do governador-geral de Madagascar (AUGET, 1983). Durante a década de 1950, os territórios antárticos e subantárticos franceses foram reagrupados nas TAAF (sigla francesa para "*Terres Australes et Antarctiques Françaises*"⁷³), e as EPF estabeleceram estações meteorológicas sobre as ilhas subantárticas e no continente antártico⁷⁴. A França foi uma das primeiras nações a estabelecer estações de pesquisa na Antártica. Em 1956, a base "*Dumont d'Urville*" foi estabelecida na Terra de Adélia, substituindo-se à base de Port-Martin (criada em 1950 e destruída por um incêndio acidental em 1952) (FRANÇA, 2015a). O estabelecimento das estações meteorológicas na expectativa do Ano Geofísico Internacional (AGI) de 1957 permitiu ao mesmo tempo mostrar o forte compromisso francês com a ciência, e emprestar legitimidade às reivindicações francesas (SULIKOWSKI, 2013a).

Se a conquista do território foi a principal motivação do Reino de Louis XV, outras motivações tornaram em seguida a Antártica em um verdadeiro objeto geopolítico. Objeto de cobiça, a Antártica atraiu os Estados por seus recursos pesqueiros desde o século XIX. No entanto, de acordo com a análise dos fatos históricos, é sobretudo a Glória, como descrito por Aron, que procura a França de 1945, ao reafirmar a sua soberania na Terra de Adélia.

⁷² Fonte: <<http://www.colsbleus.fr/articles/8691>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

⁷³ Terras Austrais e Antárticas Francesas (tradução nossa)

⁷⁴ Em Amsterdã, uma estação meteorológica existe desde 1950. Nas ilhas Kerguelen, os edifícios da base Port-aux-Français existem desde 1951. A base de Port-Martin foi criada em 1950 na Terra de Adélia. Em 1963, a base "Alfred Faure" foi estabelecida em Crozet (FRANÇA, 2015a).

4.2 Elementos gerais de geografia: os interesses franceses na Antártica

Neste parágrafo, apresentaremos sucessivamente os interesses econômicos e científicos na zona antártica. De fato, ao contrário do Ártico, onde a ciência é mais um meio diplomático para a França, o continente antártico tem características únicas para a pesquisa científica francesa. Buscaremos aprofundar o estudo dos interesses franceses nas ZEE de Kerguelen, Crozet e São-Paulo e Amsterdã, a fim de compreender plenamente as questões em jogo nesta parte do mundo.

A França está presente na região antártica por meio de seus territórios ultramarinos subantárticos e antárticos franceses. As ilhas Kerguelen, Crozet, São Paulo e Amsterdã, Esparsas e a Terra de Adélia constituem as TAAF, uma coletividade territorial administrada desde 1955 de forma independente por um Prefeito^{75 76} (ver Apêndice B). Esses territórios são ocupados por cerca de 165 pessoas no inverno e quase 350 no verão, a maioria deles são cientistas ou militares. As TAAF valem 2,35 milhões de km² de ZEE para a França, quase um quarto do total global de sua ZEE (FRANÇA, 2015a). Em particular, a ZEE das ilhas Kerguelen, localizada num planalto, é constituída por uma área de 575 000 km²^{77 78}.

A França está presente na Antártica por meio de duas bases: a base “*Dumont d'Urville*”, base histórica na Terra de Adélia, e a base franco italiana “*Concordia*” (CESM, 2008). A Terra de Adélia é um território de 432.000 km² delimitado pelos meridianos 136° e 142° de longitude leste no continente antártico (FRANÇA, 2015a). Com a Terra de Adélia, a França é um dos sete países com reivindicações territoriais na Antártica⁷⁹.

Os territórios austrais da França representam um grande interesse geoestratégico

⁷⁵ Hoje a sede do *Préfet* das TAAF está localizado na ilha Reunião.

⁷⁶ Fonte : <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

⁷⁷ Fonte: <<http://www.extraplac.fr/FR/extensions/Kerguelen.php>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

⁷⁸ Fonte: <http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_fra1.htm>. Acesso em: 21 jul. 2018

⁷⁹ A Antártica é reivindicada, territorialmente, por sete países: Argentina, Austrália, Chile, França, Inglaterra, Noruega, e Nova Zelândia (VILLA, 2004).

pela preservação da livre circulação marítima. A rota pelo Cabo da Boa Esperança é potencialmente uma importante rota de comunicação entre a Europa e o Oriente no caso do fechamento do canal de Suez. Já em 1893, o Almirante Charles-Jules Layrle insistia na utilidade do arquipélago das Kerguelen como depósito de carvão, partindo do pressuposto de que, em caso de guerra, a navegação seria interrompida no canal de Suez. A posição geoestratégica das ilhas subantárticas também foi demonstrada durante a 2^{da} GM. Assim por exemplo, o arquipélago de Kerguelen foi usado pelos alemães como base secreta de seus submarinos. Em 1941, por sua vez, o navio britânico *Australia* realizou minagens no acesso dos melhores fiordes das ilhas Crozet e Kerguelen (HENRIQUES, 1984; AUGET, 1983).

Agora que temos um melhor conhecimento dos aspectos geográficos, vamos estudar os interesses econômicos franceses na Antártica. As atividades econômicas francesas nas regiões subantárticas e antárticas representam um volume de negócios anual total de cerca de 120 M€, dos quais 100 M€ para a pesca, 13,5 M€ para o turismo e 6,5 M€ para as outras atividades comerciais das TAAF⁸⁰.

A França é atualmente o mais importante Estado pesqueiro no Oceano Austral (o sétimo, se o *krill*⁸¹ estiver incluído), particularmente ativa na pesca da merluza e da lagosta. De acordo com o Instituto Nacional francês de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE), 80 M€ de lagosta e de merluza foram vendidas pela França em 2014. Quase 75% da merluza e da lagosta saem das TAAF para a Ásia, seguida pelos EUA com 23% das exportações⁸². A merluza, o "ouro branco", tornou-se crucial dos pontos de vista econômico e soberano. Altamente valorizada pelos consumidores, a merluza é um dos peixes mais caros do mercado com um preço de venda superior a 45 €/kg⁸³.

Uma outra questão importante da zona econômica antártica é a atividade turística.

⁸⁰ Fonte : <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

⁸¹ O « krill » antártico é o nome dado aos grupos de pequenos camarões ; alimento básico de muitas baleias, ele desempenha um papel fundamental na cadeia de abastecimento de água da Antártida (FRANÇA, 2015a).

⁸² Fonte : <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/3288602>>. Acesso em : 18 jul. 2018.

⁸³ Fonte : <<http://outremers360.com/economie/filiere-peche-que-represente-la-peche-australe-a-la-reunion/>>. Acesso em : 18 jul. 2018.

Entre 2004 e 2008, o número de turistas aumentou de 25.000 turistas para 46.000 turistas na Antártica (CESM, 2008; FRANÇA, 2015a). Várias empresas de turismo francesas⁸⁴ estão ativas na Antártica, o que representa cerca de 300 empregos e um volume de negócios total de cerca de 13,5 M€ por ano⁸⁵. As TAAF também recebem cerca de 80 turistas por ano no *Marion-Dufresne* durante as suas 4 rotações anuais para as ilhas subantárticas francesas⁸⁶.

Para entender completamente as apostas e o comportamento do Estado francês, também temos de mencionar os recursos minerais. Para tanto, cabe destacar que a exploração de recursos na Antártica tem sido baseada desde 1991 no Protocolo de Madri, e desde 1998 na proibição de qualquer atividade de mineração. Ambas as convenções protegem a Antártica até 2048 (CESM, 2008). No entanto, devido à presença das ilhas subantárticas, a França tem um potencial econômico importante com as ZEE dessas mesmas ilhas. Nas ilhas de São Paulo e Amsterdã, no Arquipélago de Crozet e nas ilhas Kerguelen, foram identificados “sulfuretos polimetálicos” e “crostas ricas em cobalto”, concreções rochosas com uma alta concentração em metais estratégicos como terras raras, platina e cobalto (FRANÇA, 2014a).

A superfície da Terra de Adélia sozinha representa quase 80% do território francês, em um continente inexplorado. A presença da França nessa zona do globo permite que ela tenha uma situação geográfica favorável para o futuro (BOISMOREAU, 2011). Em sua análise, o CESM (2008) não hesita em aconselhar o acompanhamento cuidadoso da caducidade do Tratado em 2048. Segundo a sua análise, a França deve continuar a agir como “Estado soberano” na Terra de Adélia e a apoiar a pesquisa científica fundamental na Antártica, “nomeadamente na perspectiva de extração de matérias-primas” (CESM, 2008, p.5).

Assim, o potencial financeiro representado pela merluza e as perspectivas de

⁸⁴ Nota do autor: como a companhia especializada no turismo polar de luxo, a *Compagnie du Ponant*, presente no Ártico.

⁸⁵ Fonte : <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

⁸⁶ Fonte : <<http://www.taaf.fr/Participation-a-une-rotation-australe-du-Marion-Dufresne>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

explorações minerais parecem justificar plenamente o interesse da França para a região antártica. Ademais, depois de apresentados os interesses econômicos, é possível, agora estudar os científicos franceses na zona antártica.

A Antártica oferece oportunidades únicas para a ciência em vários campos como a ecologia, a astronomia, o geomagnetismo e a atmosfera, além de estudos sobre os limites extremos da vida humana. De fato, a base “*Concordia*”, localizada no local designado por *Dome C* situado a 1.100 km da costa e a 3.200 metros acima do nível do mar, oferece condições de vida particularmente duras. Possibilita antecipar possíveis bases futuras em outros planetas ou estudar as consequências de condições extremas, isolamento ou confinamento. O estabelecimento de suprimentos regulares, fornecidos por comboios terrestres, também permitiu o desenvolvimento de novas técnicas (FRANÇA, 2015a).

O IPEV apoia cerca de 35 programas científicos anualmente na Antártica⁸⁷. Entre os principais projetos deve ser mencionado o projeto europeu de perfuração em gelo profundo na Antártica (“EPICA” na sigla em inglês)⁸⁸. O EPICA reúne dez países europeus⁸⁹, com o apoio da União Europeia (FRANÇA, 2015a). Experiências nas áreas da interferometria, técnica utilizada na operação de radares civis e militares, são designadamente conduzidas no complexo astronômico da base “*Concordia*”⁹⁰ (CESM, 2008). Vale ressaltar que a base “*Concordia*” é o fruto de uma cooperação entre o IPEV e o Programa italiano de Pesquisa na Antártica (PNRA). Enfim, na base russa de Vostok, se desenvolve uma cooperação franco russa nos estudos das amostras estratigráficas de gelo⁹¹ (FRANÇA, 2015a).

O IPEV é um Grupo de Interesse Público (GIP)⁹² criado em 1992 juntando os

⁸⁷ Fonte : <<http://www.institut-polaire.fr/ipev/soutien-a-la-science/les-programmes-soutenus/>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

⁸⁸ A Rede de Radar Auroral Dupla (*Dual Auroral Radar Network* ou SuperDARN) é desenvolvida em cooperação internacional e contribui para um melhor conhecimento da atmosfera superior. Fonte : <<http://www.institut-polaire.fr/blog/Programmes-soutenus/superdarn-kerguelen/>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

⁸⁹ Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido

⁹⁰ Fonte : <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

⁹¹ Em termos de co-publicações científicas mundiais, a França é o terceiro parceiro científico da Rússia. Fonte : <<http://www.cnrs.fr/derci/spip.php?article96>>. Acesso em : 18 jul. 2018.

⁹² O Grupo de Interesse Público (GIP) permite que parceiros públicos e privados agrupem recursos para mis-

principais atores da pesquisa científica francesa nas regiões polares⁹³. O orçamento anual é cerca de 25,57 M€ (2013). Um terço desse orçamento é dedicado à operação do navio “*Marion-Dufresne*”, no qual são realizadas campanhas oceanográficas. Outra parte muito importante é absorvida pelas seis bases permanentes e seus suprimentos⁹⁴ (FRANÇA, 2015a).

Internacionalmente, a França ocupa o 5º lugar em relação ao número de relatórios científicos publicados sobre a Antártica. A França é um líder internacional em termos do número de relatórios científicos internacionais publicados relevantes para a região subantártica, superando outros Estados reivindicadores, como a Austrália e o Reino Unido (SULIKOWSKI, 2013).

Para países como a França, que reivindica um território na Antártica, a presença de bases de pesquisa científica justifica a relevância das reivindicações territoriais, e apoia as pretensões nacionais sobre a exploração de potenciais recursos (CESM, 2008).

No caso da Antártica, a presença de bases científicas não responde apenas à necessidade de ocupar o território e justificar sua soberania. Não se trata apenas de usar a ciência como pretexto para a diplomacia, seja para construir relações bilaterais com a Itália, a Rússia ou para se tornar um líder na “sociedade internacional” Antártica. Mais que isso, a pesquisa científica na Antártica apresenta desafios importantes já que o Polo Sul combina condições experimentais excepcionais, cujas algumas aplicações contribuem diretamente para a Defesa nacional.

A seguir será analisado como a França se comportou de 1959 a 2017, com relação a nova organização do Tratado da Antártica.

sões de interesse geral. Fonte: <<https://www.collectivites-locales.gouv.fr/autres-contrats-commande-publique-0>>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁹³ O Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa (MENESR), o Ministério de Relações Exteriores e Desenvolvimento Internacional (MAEDI), o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), o Instituto Francês de investigação para a exploração do mar (Ifremer), o Comissariado para a Energia Atômica e Energias Alternativas (CEA), o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES), o Météo-France, os Territórios Franceses do Sul e Antártico (TAAF) e as Expedições Polares Francesas (EPF). Fonte : <<http://www.institut-polaire.fr/ipev/linstitut/le-gip/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

⁹⁴ As três bases de Crozet, Kerguelen e Amsterdã; “*Dumont d'Urville*” e “*Concordia*” na Antártica; a base AWIPEV no Ártico (FRANÇA, 2015a).

4.3 A França e o Tratado da Antártica (1959 - 2017)

A fim de avaliar a relevância da hipótese apresentada no início do estudo, segundo a qual a Política Externa Francesa apresenta uma ruptura no final da Guerra Fria, esse período será estudado em duas fases: de 1959 a 1989, e de 1989 a 2017.

O sucesso de cooperação científica do AGI de 1958 levou à internacionalização da Antártica incorporada no Tratado de Washington. Embora a área abrangida por esse tratado incluía a Terra de Adélia, a França assinou-o desde 1959. Sendo assim, a França aceitou que sua soberania sobre esse setor antártico fosse “congelada” até 1991, conservando o direito de ter uma missão científica permanente (AUGET, 1983).

Tendo uma reivindicação para a Terra de Adélia e sendo um dos principais Estados com atividades na região, a França permaneceu desde 1961 como um ator dinâmico da Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (RCTA). Cabe destacar que a RCTA promove a pesquisa científica, a cooperação logística e científica internacional, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de regulamentos ambiciosos para a proteção do meio ambiente e a segurança das pessoas e bens. Assim a França ocupou duas vezes a presidência da RCTA (em 1968 e em 1989) e acolheu quatro das suas reuniões excepcionais (1985, 1988 e duas em 1989)⁹⁵.

Com sua expressiva atuação no campo da pesca no Oceano Antártico, a França foi também originalmente parte da CCAMLR⁹⁶. A CCAMLR é uma organização regional de gestão das pescas, nascida a partir de uma preocupação sobre a pesca do *krill*, cuja pesca poderia ameaçar toda a cadeia alimentar. Note-se que um apêndice à própria convenção da CCAMLR menciona a situação das Ilhas Kerguelen e Crozet, e foi provavelmente negociada

⁹⁵ A França presidirá mais uma vez a RCTA em 2021. Fonte: <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

⁹⁶ Fonte : <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

pela França a fim de manter seu direito de promulgar e aplicar as regras que desejar nas suas ZEE (FRANÇA, 2015a).

O Tratado da Antártica é para alguns um modelo que pode levar, a longo prazo, ao desarmamento geral e completo. Seria particularmente o padrão para a criação de uma zona de paz no Oceano Índico (resolução 2832 de 16 de dezembro de 1971), à qual a França sistematicamente se opõe. Sendo um desarmamento geral da zona, esse projeto poderia envolver o desmantelamento da Base Francesa de Djibouti. O CESM (2008) aconselha assim monitorar as possíveis extensões do Tratado da Antártica, em especial as possam estabelecer uma zona de paz no Oceano Índico, dada a presença da Base estratégica de Djibouti (CESM, 2008).

Depois do fim da Guerra Fria, em 1991, o Protocolo ao Tratado da Antártica para a Proteção do Meio Ambiente, chamado de “Protocolo de Madri”, completou o Tratado de Washington de 1959, dando-lhe uma dimensão ambiental muito forte⁹⁷ (FRANÇA, 2015a).

Esse Protocolo foi o resultado da cooperação entre a França e a Austrália. Os dois países se juntaram durante a Conferência de Madri, para pedir que fosse proibida *ad infinitum* toda atividade de prospecção ou mineração na Antártica. Assim, sob a pressão dos novos atores da “sociedade internacional” de Aron, nomeadamente as organizações ecológicas, o Protocolo foi assinado consagrando a Antártica como “reserva natural, voltada a paz e à ciência” (VILLA, 2004; FRANÇA, 2015a). O Protocolo de Madri condiciona todas as atividades realizadas na Antártica às avaliações de impacto ambiental e estabelece um Comitê para a Proteção do Meio Ambiente (CEP, na sigla em inglês), compostos de peritos dos Estados-membros que apoiam à RCTA⁹⁸. Segundo Villa (2004), a postura da França foi influenciada simultaneamente pelo fortalecimento do movimento ecologista na França e por

⁹⁷ Esse texto havia sido precedido por outro acordo internacional, que ele havia abortado, a "Convenção de Wellington" de 1988 (formalmente Convenção sobre a Regulamentação de Atividades de Recursos Minerais na Antártica), que permitia a exploração de mineração na Antártida, enquanto o supervisiona estritamente (FRANÇA, 2015a).

⁹⁸ Fonte : <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em : 17 jul. 2018.

resolução do Parlamento Europeu. Por entanto, o Estado francês conseguiu responder às demandas europeias e à pressão interna de seu povo, mas sem ceder ao sentimentalismo produzido pela “onda verde” (VILLA, 2004, p.139).

Em seguida, fiel ao seu princípio de diplomacia de dois níveis, conjugando bilateralismo e multilateralismo, a França obteve em 1993 a instalação de uma segunda base, fora da Terra de Adélia, a estação polar “Concordia” (CESM, 2008). Essa parceria com a Itália permite-lhe fazer economia de escala e consolidar uma parceria com outro país da União Europeia. A presença antártica da Europa é de importância política e estratégica para a França. A promoção de uma dimensão polar europeia reforçaria significativamente a posição regional da França e melhoraria a sua capacidade de se manter permanentemente envolvida nos assuntos antárticos (SULIKOWSKI, 2013).

Sob o mandato presidencial de Chirac (1995-2007), a França promoveu a um outro combate: o da luta contra o turismo na Antártica. Desde 2002, a França desempenhou um papel ativo para garantir que o Tratado da Antártica adotasse uma regulamentação rigorosa das atividades turísticas (CESM, 2008). Em fevereiro de 2001, a França foi o primeiro Estado a aplicar um imposto às embarcações que desembarcassem passageiros nas TAAF, para grande surpresa de operadores de turismo como *Quark Expeditions* ou *Oceans Frontiers* que protestaram sem sucesso junto da Associação Internacional das Operadoras de Turismo Antártico, a IAATO (ETIENNE, 2005)⁹⁹.

É bom lembrar que há um profundo conflito de interesses entre cientistas e empresas de turismo. O aumento do número de embarcações na região antártica aumenta estatisticamente o risco de acidentes e naufrágios. Os envios de navios de socorro, que só podem basear-se no desvio de navios das bases científicas, interrompem o processo do abastecimento dessas bases. Ora, esse processo é complexo de gerir, sendo operado durante o

⁹⁹ De fato, nada no Tratado da Antártica pode ser interpretado como uma renúncia por parte dos Estados para exercer seus direitos. Assim, dadas sua reivindicação na Terra de Adélia e a organização das TAAF, a França pode submeter qualquer aterragem de navios de cruzeiro na Terra de Adélia de acordo com o direito interno francês (STROBEL; TETART, 2007).

curto verão austral. O custo de desvio desses navios permanece sempre sob a responsabilidade dos institutos nacionais de pesquisa envolvidos (STROBEL; TETARD, 2007; FRANÇA, 2015a). A França pode se opor ao turismo de massa na Antártica sem afetar seus interesses, já que a Terra de Adélia não é uma das áreas turísticas daquele continente.

Entre 2006 e 2009, a França apresentou à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLPC) três pedidos, relativos às ilhas de Kerguelen, Crozet e São Paulo e Amsterdã (FRANÇA, 2015a)¹⁰⁰. Ao mesmo tempo que o pedido de Kerguelen, em uma nota de 2009 da Missão Permanente da França junto da Organização das Nações Unidas, a França reservou o seu direito de apresentar um pedido no futuro para Terre de Adélia, recordando os princípios do Tratado da Antártica e pela CNUDM. Essa nota suscitou reações dos Países Baixos e do Japão, que argumentaram que nenhum Estado pode reivindicar qualquer soberania territorial na Antártica, em conformidade com o tratado acima mencionado (FRANÇA, 2013b).

Em 2009, o Presidente Sarkozy nomeou o ex-primeiro-ministro francês Michel Rocard como embaixador da França para os Polos¹⁰¹. Em 2010, o diretor do IPEV Yves Frenot foi nomeado presidente do CEP por um mandato de 4 anos¹⁰².

A França começou a posicionar-se cada vez mais em prol da adoção de regulamentações ambientais rígidas. Assim na reunião da CCAMLR de 2012, a França e a Austrália apresentaram um projeto que consistia em criar sete áreas marinhas protegidas cobrindo 1,6 milhão de km² ao longo da Antártica Oriental. O projeto franco australiano recebeu o veto da Rússia e da Ucrânia, que argumentaram que a criação dessas áreas prejudicaria a liberdade de navegação e a pesquisa oceanográfica (FRANÇA, 2015a).

¹⁰⁰ O pedido para estender a plataforma continental das Ilhas Kerguelen foi apresentado em 2009. A recomendação da CLPC foi emitida em 2012 para uma extensão da cobertura da plataforma continental de 423.000 km². Fonte: <http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_fra1.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹⁰¹ Michel Rocard morreu em 2016 e foi substituído alguns meses depois por Ségolène Royal, ex-ministra do Meio Ambiente do Presidente François Hollande.

¹⁰² Fonte: <<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/antarctique/la-france-et-l-antarctique/article/la-france-et-les-regions-antarctiques-et-subantarctiques#>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

Nesse sentido, a França está especialmente consciente da necessidade de permanecer na vanguarda dos assuntos antárticos. O país coloca ênfase crescente na abordagem de questões ambientais na região, particularmente no caso da mudança climática, tópico cada vez mais discutido nos altos níveis políticos internacionais (SULIKOWSKI, 2013).

Cabe, por fim, ressaltar que a posição da França em favor da preservação da Antártica tem muitas vantagens. Em primeiro lugar, o país conseguiu construir uma importante relação bilateral com a Austrália, considerando o enclave da Terra de Adélia estar localizada no setor australiano. Em segundo lugar, a preservação da Antártica atende diretamente aos interesses franceses, uma vez que permite a preservação da ZEE das ilhas subantárticas, como Kerguelen.

Qualquer política externa é baseada no pilar diplomático, mas também no militar. Serão analisados na próxima seção os meios militares franceses nas Terras austrais e na Antártica.

4.4 A presença militar na Antártica: o dispositivo da Marinha Nacional Francesa

Dentro de um espaço sem população indígena, a milhares de quilômetros da Europa, as Forças Armadas da Zona Sul do Oceano Índico (FAZSOI) garantem a soberania francesa sobre as ilhas austrais, fora da área do Tratado de Washington (BOISMOREAU, 2011; FRANÇA, 2015a). Principal ator militar na Antártica, a Marinha opera vários meios militares, desde a ilha Reunião: duas fragatas de vigilância, como a *Floréal* ou a *Nivôse*, equipadas com um helicóptero *Panther*, dois navios patrulha classe *Albatros* e um navio de transporte classe *La Grandière* (FRANÇA, 2015a).

Além de realizar missões de soberania, a Marinha Nacional Francesa contribui

para a Missão Logística Antártica (MLA) desde 2017¹⁰³. Em 2014, foi decidida uma parceria interministerial entre as TAAF, o IPEV e a Marinha Nacional Francesa para fornecer apoio científico e apoio logístico às estações francesas na Antártica. Assim nasceu o projeto do navio-patrolha polar *L'Astrolabe*, cujos marinheiros, divididos em duas tripulações, asseguram durante o verão austral a Missão Logística Antártica para o benefício do IPEV¹⁰⁴, e durante o inverno as missões de soberania, realizadas no passado pelo navio-patrolha austral *L'Albatros*. A experiência e o conhecimento adquiridos na Antártica serão, assim, transpostos para o teatro do Ártico a médio prazo, onde os interesses das grandes potências se concentram mais visivelmente diante do aquecimento global¹⁰⁵.

4.5 Conclusões parciais

Com as evidências analisadas no decorrer do capítulo, verificou-se que a França empreende ações na Antártica visando atender os objetivos da série tríplice abstrata “Poder - Segurança – Glória”, e o objetivo “Espaço” da série concreta definidas por Raymond Aron. Uma vez aceitas as novas regras do jogo impostas pela *Détente*¹⁰⁶ e o fim da Guerra Fria, a França leva em conta as organizações transnacionais como o Sistema do Tratado da Antártica, e aprendeu como usar organizações como a comissão CLPC a seu favor. Se é inegável que os franceses desenvolveram uma consciência ecológica nos últimos anos, a França não esquece de preservar seus interesses nacionais. Como no caso do seu conflito com a associação IAATO sobre as taxas turísticas na Terra Adélia, a França tem demonstrado que o Estado continuou sendo o principal ator das relações internacionais.

¹⁰³ Até 2017, a Missão Logística Antártica era cumprida pela sociedade *P&O France*. Fonte : <<http://www.colsbleus.fr/articles/9414>>. Acesso em : 18 jul. 2018.

¹⁰⁴ A atividade das estações científicas francesas na Antártica depende diretamente de uma longa cadeia logística iniciada na sede do IPEV em Brest (França) e continuando na Tasmânia (Austrália). O último elo entre Hobart na Tasmânia e a Antártica é o mais crítico. Em torno da estação “*Dumont d'Urville*”, as condições são particularmente imprevisíveis. Fonte: <<http://www.colsbleus.fr/articles/9414>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

¹⁰⁵ Fonte : <<http://www.colsbleus.fr/articles/9414>>. Acesso em : 18 jul. 2018.

¹⁰⁶ Termo utilizado em referência à redução geral de tensão entre a União Soviética e os Estados Unidos da América durante a Guerra Fria a partir do final da década de 1960.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou demonstrar, segundo a metodologia científica, que a Política Externa Francesa seguia uma linha de ação realista nos assuntos atinentes aos Polos, desde o estabelecimento de sistemas transnacionais, como o Conselho Ártico ou o Sistema do Tratado da Antártica. Para atingir esse objetivo, decidimos verificar que as ações realizadas pelo Estado francês no Ártico e na Antártica correspondem às características definidas pela teoria do cientista político e sociólogo francês Raymond Aron.

Portanto, no segundo capítulo, definimos os elementos da teoria de Raymond Aron que nos permitiriam conduzir nosso estudo. A definição de “política externa” dada pelo sociólogo francês foi inestimável para orientar as nossas linhas de pesquisa. A partir da dupla alegoria do Diplomata e do Soldado, conseguimos distinguir a "face oculta" das ações do governo francês. A “teoria dos objetivos”, por sua vez, nos forneceu as ferramentas necessárias para analisar as informações coletadas: cada novo elemento de Poder, Segurança, Glória ou desejo de conquista territorial encontrado durante na nossa pesquisa, fez compreender que a nossa tese estava correta.

Ainda no segundo capítulo, examinamos também as estruturas de governança do Ártico e da Antártica sob as lentes do conceito de "sociedade internacional" de Raymond Aron. Observamos que, devido às suas condições meteorológicas extremas, os dois Polos possuem uma densidade populacional quase nula e são geridos por meio de sistemas de governança comunitária. Enquanto o Conselho do Ártico só incluiu os Estados costeiros como membros, o Sistema do Tratado da Antártica tem sido aberto a todos os Estados com atividade científica relevante. Além disso, essas duas entidades estão particularmente preocupadas com o aquecimento global, cujos efeitos podem ser de extrema importância para a geopolítica das regiões. Ainda assim, destacou-se que o Conselho do Ártico e o Sistema do

Tratado da Antártica poderiam sucumbir à ganância das grandes potências, e destarte, podemos interrogar-nos até que ponto um Estado como a França estaria disposto a subordinar os interesses de seu povo ao bem-estar da comunidade internacional.

No terceiro capítulo mostramos que o Ártico, sede de recursos estratégicos de uma grande atividade comercial, é uma zona econômica de grande importância para a França. Em um contexto de aquecimento global e de remilitarização da zona do Ártico, a França tem um objetivo a alcançar na região no que concerne à Segurança. Assim, visando preservar sua liberdade de ação no Oceano Ártico, a França combina estratégias diplomáticas e militares. Graças à diplomacia científica, a França aderiu ao Conselho do Ártico e é agora reconhecida internacionalmente. Tendo criado uma rede científica europeia, a França reforçou a sua posição na União Europeia.

A análise das ações da França na Antártica no quinto capítulo foi mais delicada. Isso por o fato da Antártica ser uma zona desmilitarizada desde a assinatura do Tratado da Antártica (1959), tornou mais difícil a busca por evidências de ações realistas por parte do Estado francês. A forte presença francesa nos fóruns internacionais do Tratado da Antártica e o papel desempenhado pela França na assinatura do Protocolo de Madri pareciam mostrar um verdadeiro ímpeto de cooperação por parte do governo francês. No entanto, sem negar completamente o interesse dos franceses pelo meio ambiente, muitas evidências foram coletadas durante esse estudo, convergindo para a confirmação de uma política realista. O interesse histórico dos franceses pelo Polo Sul, a presença da Terra de Adélia no distrito das Terras Austrais e Antárticas Francesas e a opção colocada na extensão da Plataforma Continental da Terra de Adélia são manifestações visíveis de Poder do Estado francês. Terra de riquezas ainda não totalmente levantadas, a Terra de Adélia representa um território francês no coração e na mente da população francesa.

De maneira fundamentada, dadas as conclusões parciais apontadas acima,

podemos afirmar que as ações da França nos Polos, estão em sintonia com a Teoria Realista, tal como exposta por Raymond Aron. A França busca atingir os objetivos de Segurança, Poder e Glória, mas também Espaço, por meio das ações do Diplomata e do Soldado, tanto no Ártico quanto na Antártica. Adaptando-se perfeitamente à "sociedade internacional" nascida no contexto pós-Guerra Fria, a França conseguiu preservar os seus interesses nacionais e, concomitantemente, atuou em termos de cooperação internacional.

Nossa hipótese em que a Política Externa Francesa apresenta uma ruptura no final da Guerra Fria, com a emergência do conceito de "sociedade internacional" de Raymond Aron, é apenas parcialmente validada. De fato, dadas as evidências apresentadas, a França nunca abandonou realmente uma visão realista das relações exteriores. Além disso, seria melhor afirmar que a "sociedade internacional" de Raymond Aron emergiu desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Finalmente, cabe apontar que poderia ser interessante, como futura linha de pesquisa, realizar o mesmo tipo de estudo para a União Europeia e verificar como essa organização transnacional, tendo o seu próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, consegue conciliar os interesses dos Estados escandinavos com outros Estados-membros e prosseguir uma política coerente no Ártico e na Antártica.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sergio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. 708 p.

ARON Raymond. *Os Últimos anos do século*. Tradução de Heloísa de Melo Martins Costa. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 262 p.

AUGER, Alain. *L'intérêt économique et stratégique des "Terres Australes et Antarctiques Françaises"*. 1983. 60 f. Dissertação (Mestrado em Defesa) – Universidade de Direito, Economia e Ciências sociais de Paris II, Paris. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers18-05/28188.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BADIE Bertrand. Raymond Aron, penseur des relations internationales: un penseur “à la française”? *Etudes du CEFRES*¹⁰⁷, Paris, n. 5, 2005. 16 p.

BANNAY, Anne-Laure¹⁰⁸. *La France et l'Arctique*. Site EGEA. Disponível em <<http://www.egeablog.net/index.php?post/2013/05/15/La-France-et-l-Arctique-%2528AL-Bannay%2529>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BOISMOREAU, Rénaud. Résilience et rôle des militaires: les terres australes et antarctiques françaises comme exemple. *Le Monde*. Paris, 20 abr. 2011. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/idees/article/2011/04/20/resilience-et-role-des-militaires-les-terres-australes-et-antarctiques-francaises-comme-exemple_1509799_3232.html> . Acesso em: 22 jul. 2018.

CENTRE D'ETUDES STRATEGIQUES DE LA MARINE (CESM). Enjeux de l'Antarctique. *Cargo*, Paris, 25 jun. 2008. 7 p. Disponível em: <<http://cesm.marine.defense.gouv.fr/images/Cargo/2008/Article-cargo-2008-Enjeux-Antarctique.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CHARCOT, Jean-Baptiste. La Station française de l'Année Polaire 1932-1933. *Bulletin de l'Association de géographes français*, Paris, v. 10, n. 66, p. 30-40, Fev. 1933. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1933_num_10_66_6590>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CHAUPRADE, Aymeric. *Géopolitique : Constantes et changements dans l'histoire*. Poitiers: Ellipses, 2005. 960 p.

¹⁰⁷ O CEFRES é o Centro francês de pesquisa em ciências sociais.

¹⁰⁸ Laureada em 2012 com o prêmio "Amiral Daveluy" (dado pela Marinha Nacional Francesa).

COLLIN, Jean-Marie. *Arctique: la France prend position*. Site diplomweb. Paris, 26 set. 2010. Disponível em: <<https://www.diploweb.com/Arctique-la-France-prend-position.html>>. Par Jean-Marie COLLIN>. Acesso em: 22 jun. 2018.

COUTAU-BEGARIE, Hervé. *L'océan globalisé, géopolitique des mers au XXI^{ème} siècle*. Paris: Economica, 2007. 320 p.

D'HEBRAIL Jean-Marie. *Pour une stratégie militaire française en Arctique*. Paris: Centre des Hautes Etudes Militaires, 2017. Disponível em: <<https://www.geostrategia.fr/pour-une-strategie-militaire-francaise-en-arctique/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

EMMANUEL Marthe, *La France et l'exploration polaire*. Paris: Nouvelles Éditions Latines, 1959. 398 p.

_____, *Tel fut Charcot*. Prefácio de Paul-Émile Victor. Paris: Beauchesne, 1967. 261 p.

ETIENNE, Samuel. Tourisme et environnement polaire : enjeux et perspectives. In: ANDRÉ, Marie-Françoise. *Le monde polaire : mutations et transitions*. Paris: Ellipses, 2005. p.81-96. Disponível em <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00129092/document>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

FRANÇA. Decreto de 13 janeiro de 1992. Aprova a criação de um Grupo de Interesse Público. Paris, 1992. Disponível em <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000526303&categorieLien=id>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. Lei n. 2007-224 de 21 fevereiro de 2007. Paris, 2007. Disponível em : <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000641099>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

_____. Lei n. 2009-967 de 03 de agosto de 2009. Paris, 2009a. Disponível em <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000020949548>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Livre bleu*. Paris: Secrétariat général de la mer, 2009b. Disponível em: <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/104000028/index.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. *Livre Blanc sur la Défense et la Sécurité Nationale*. Paris, 2013a. Disponível em: <<https://www.defense.gouv.fr/content/download/206186/2286591/file/Livre-blanc-sur-la-Defense-et-la-Securite-nationale%202013.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. *L'extension du plateau continental au-delà des 200 milles marins : un atout pour la France*. Paris: Conseil économique, social et environnemental, 2013b. Disponível em: <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/134000731.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. *ZEE ultramarines: Le moment de vérité*. Relatório de informação n. 430 de 9 de abril de 2014. Paris: Sénat, 2014a. Disponível em: <<http://www.senat.fr/rap/r13-430/r13-4301.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Arctique: Préoccupations européennes pour un enjeu global*. Relatório de informação n. 684 de 2 de julho de 2014. Paris: Sénat, 2014b. Disponível em: <<http://www.senat.fr/rap/r13-684/r13-6841.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Enjeux écologiques, économiques et géopolitiques du changement climatique em Arctique et em Antarctique*. Relatório de informação n. 2704 de 08 de abril de 2015. Paris: Assemblée nationale, 2015a. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/14/rap-info/i2704.asp>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. *Climat: Vers un dérèglement géopolitique*. Relatório de informação n. 14 de 06 outubro 2015. Paris: Sénat, 2015b. Disponível em: <<http://www.senat.fr/rap/r15-014/r15-0141.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. *Le Grand Défi de l'Arctique: Feuille de route nationale de l'Arctique*. Paris: Ministère des Affaires Etrangères et du Développement International, 2016.

_____. *Bilan énergétique de la France pour 2016*. Paris: Ministère de la Transition Ecologique et Solidaire, 2018. Disponível em <http://www.statistiques.developpement-durable.gouv.fr/fileadmin/documents/Produits_editoriaux/Publications/Datalab/2018/datalab-30-bilan-energetique-france-2016-mars2018-e.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

GADAL, Sébastien. Some fundamentals of the French policy in the Arctic. *Vestnik of Saint Petersburg University*, São Petersburgo, v. 6, p. 110-117, Jun. 2016. Disponível em : <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01359705>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

HOISINGTON, William. In the service of the Third French Republic : Jean-Baptiste Charcot (1867-1936) and the Antarctic. *Proceedings of the American Philosophical society*, Filadélfia, v. 119, n.4, p. 315-324, Ago. 1975.

INTERNATIONAL POLAR FOUNDATION (IPF). *Le statut géopolitique de l'Arctique et de l'Antarctique*. Ficha educativa n.16 de 1 de outubro de 2010. Disponível em:

<http://www.educapoles.org/assets/uploads/teaching_dossiers_files/edd_16_fr.pdf >. Acesso em: 13 jul. 2018.

HENRIQUES, Elber de Mello. *Uma visão da Antártida*. Rio de Janeiro Biblioteca do Exército Editora, 1984. 197 p.

LA RONCIERE, Charles de. Le passage nord-est et la Compagnie française du pôle arctique au temps de Henri IV. *Bibliothèque de l'école des chartes*, Genebra, v. 78, p. 154-178, 1917. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1917_num_78_1_448596>. Acesso em: 29 jul. 2018.

MAURIN, Charles. *Groënland*. Discurso por ocasião da cerimônia comemorativa a Jean-Baptiste Charcot de 02 outubro de 1937. Disponível em: <http://www.academie-sciences.fr/pdf/eloges/charcotJB_notice.pdf >. Acesso em: 13 jul. 2018.

MERLE, Marcel. Le dernier message de Raymond Aron: système interétatique ou société internationale?. *Revue française de science politique*, Paris, v. 6, p. 1181-1197, 1984.

PELAUDEIX, Cecile; RODON, Thierry. The European Union Arctic Policy and National Interests of France and Germany: Internal and External Policy Coherence at Stake?. *Northern Review*, Iucão, n. 37, Maio 2014. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/nr/index.php/nr/article/view/285>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PLOUFFE, Joël. Les puissances tierces dans la zone arctique : posture stratégique et diplomatique de la France. *Laboratoires de l'IRSEM¹⁰⁹*, Paris, n. 3, 2011. 137 p. Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/content/download/153118/1551569/file/Labo_2011_%20n%C2%B03_%20Puissances_tierces_zone_arctique.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ROMANOVSKY, Vsévolod. Charles Rabot (1856-1944). *Annales de Géographie*, Paris, v. 54, n. 294, p. 139-140, 1945. Disponível em <https://www.persee.fr/docAsPDF/geo_0003-4010_1945_num_54_294_12916.pdf >. Acesso em: 17 jul. 2018.

STROBEL, Mathias; TETART, Frank. Le tourisme en Antarctique : un enjeu géopolitique ?. *Hérodote*, Paris, v. 127, n. 4, p. 167-177, 2007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-herodote-2007-4-page-167.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SULIKOWSKI, Chavelli. The French Connection, The role of France in the Antarctic Treaty System. In: BRADY, Anne-Marie. *The emerging politics of Antarctica*. Abington: Routledge, 2013. cap. 9, p. 163-190.

¹⁰⁹ O IRSEM é Instituto de pesquisa estratégica da Escola de Guerra francesa.

TAITHE, Alexandre. Arctique : enjeux capacitaires pour la Marine. *Défense&Industries*, Paris, n. 8, p. 6-8. Out. 2016. Disponível em <<https://www.frstrategie.org/publications/defense-et-industries/web/documents/2016/8-2.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

VENARD, Christina. *Les ambitions de la France en Arctique*. Site EurAsia Prospective. Paris, 13 out. 2016. Disponível em <<https://eurasiapropective.net/2016/10/13/la-france-reprend-linitiative-en-arctique-venard/>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. *A Antártida no sistema internacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. 165 p.

UNIÃO EUROPEIA. *La Commission européenne signe aujourd'hui avec le Groenland un accord de coopération sur les matières premières*. Comunicado de prensa. Bruxelas, 13 jun. 2012. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-600_fr.doc>. Acesso em: 29 jul. 2018.

APÊNDICE A

A empresa Total na Rússia: a plataforma Chtokman

Localizado no Mar de Barents, a 550 km da costa de Murmansk, na Península de Kola, e a uma profundidade de 340 m, a plataforma Chtokman foi descoberta no final dos anos 80. O local conteria uma capacidade de 3.800 milhões de metros cúbicos de gás e cerca de 37 milhões de toneladas de óleo leve (PLOUFFE, 2011).

A magnitude dos investimentos necessários para perfurar nessas condições climáticas forçou os Estados a fazerem acordos financeiros utilizando capital extranacional, limitando, desse modo, sua independência de decisão. Assim nasceu em 2007 a *Shtokman Development AG*, a empresa operadora de propriedade da Gazprom da Rússia (51%), da Total da França (25%) e da StatoilHydro da Noruega (24%) (PLOUFFE, 2011). A Rússia não tinha as tecnologias necessárias para explorar seus depósitos sozinha. Do seu lado, a Total queria atuar no desenvolvimento do campo de Chtokman, fornecendo sua expertise na extração *offshore* e na liquefação de gás natural. O projeto de Chtokman era muito importante porque tratava de desenvolver o maior campo de gás não inexplorado no mundo. O projeto apresentava enormes obstáculos, tais as restrições de condições climáticas extremas, a evolução do mercado de gás de xisto, e as restrições ambientais (PLOUFFE, 2011).

Em 2011, a plataforma Chtokman era considerada como o maior campo de gás *offshore* do mundo e o Presidente russo Medvedev afirmou que a Total e a França eram parceiros estratégicos. Em março daquele ano, a França chegou ainda mais perto do Ártico russo, por meio da sua empresa Total (FIG. 1) tendo 20% do projeto Yamal LNG para o desenvolvimento de um campo de gás na Península Yamal no Ártico Russo. Cabe destacar que o projeto Yamal LNG é detido pelas duas empresas russas de gás Novatek e Gazprom. A Total acreditava que esta aliança econômica bilateral entre a França e a Rússia aceleraria seu desenvolvimento na Rússia¹¹⁰.

¹¹⁰ Fonte: Comunicado da imprensa do Grupo Total. Disponível em:

Em 2015, a Total formalizou sua retirada do gigantesco projeto Chtokman, no Ártico russo. O custo do desenvolvimento do projeto, originalmente estimado em US \$ 15 bilhões, foi revisado para pelo menos US \$ 30 bilhões. As condições fiscais associadas ao projeto também pesaram sobre sua lucratividade. O *boom* do gás de xisto dos EUA e a desaceleração da demanda global acabaram com isso.

Em 2018, a produção do Grupo Total na Rússia é proveniente dos campos de Kharyaga (Total 20%) e Termokarstovoye (Total 49%), por meio da participação da Total na Novatek (19%). A Total também é parceira da Yamal LNG (Total 20%), cujas exportações de gás natural liquefeito começaram no final de 2017 ¹¹¹.

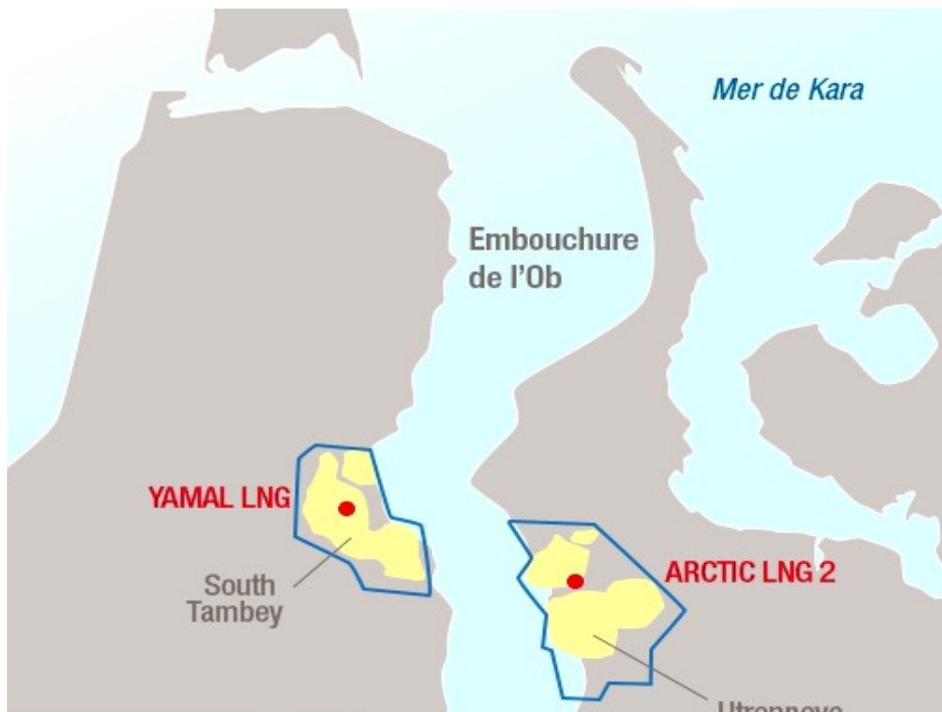


FIGURA 1 - Total no Ártico

Fonte: <<https://www.total.com/fr/medias/actualite/communiqués/russie-to-tal-etend-son-partenariat-avec-novatek-au-travers-du-projet-arctic-lng-2>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

<<https://www.total.com/fr/medias/actualite/communiqués/russie-total-sengage-dans-un-partenariat-strategique-avec-lindependant-gazier-novatek>>. Acesso em: 30 jul.2018.

¹¹¹ Fonte: <https://www.lesechos.fr/24/06/2015/lesechos.fr/021161719405_gaz---total-se-retire-du-projet-geant-de-chtokman.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

APÊNDICE B

As TAAF



FIGURA 2 - Mapa das Terras Austrais e Antárticas Francesas

Fonte: <<http://www.taaf.fr/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

O status das Terras Austrais e Antárticas Francesas é definido pela lei de 21 de fevereiro de 2007, que as descreve como "território ultramarino com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira" (FRANÇA, 2007). Esse território, liderado por um Prefeito é único no cenário administrativo francês, já que, sem habitantes permanentes, não inclui uma assembleia eleita. O Prefeito combina assim as funções de representante do Estado e executivo da comunidade. Apoia-se sobre um conselho consultivo formado por personalidades (cientistas e altos funcionários) designados (FRANÇA, 2015a).

Embora privada de "habitantes", a comunidade das TAAF tem um orçamento significativo (cerca de 30 M€), que é de 80% com base em recursos próprios, sendo o restante proveniente de subsídios orçamentais. Esses recursos próprios consistem principalmente de

direitos de pesca e benefícios reembolsados pelos serviços do *Marion Dufresne II* para o benefício dos institutos de pesquisa (FRANÇA, 2015a).

As TAAF também beneficia de fundos da UE como países e territórios ultramarinos associados à União Europeia (FRANÇA, 2015a). É importante notar a natureza política e legal única ou status das TAAF, especialmente em termos de sua relação com a UE. As TAAF não pertencem à UE. As leis da União Europeia não se aplicam às TAAF. Como resultado, no que diz respeito à gestão das pescas, as TAAF mantém uma autoridade autônoma sobre as águas que rodeiam os territórios antártico e subantártico da França, enquanto todas as outras pescarias francesas são geridas ao abrigo da Política Comum das Pescas da UE (SULIKOWSKI, 2013).

ANEXO A

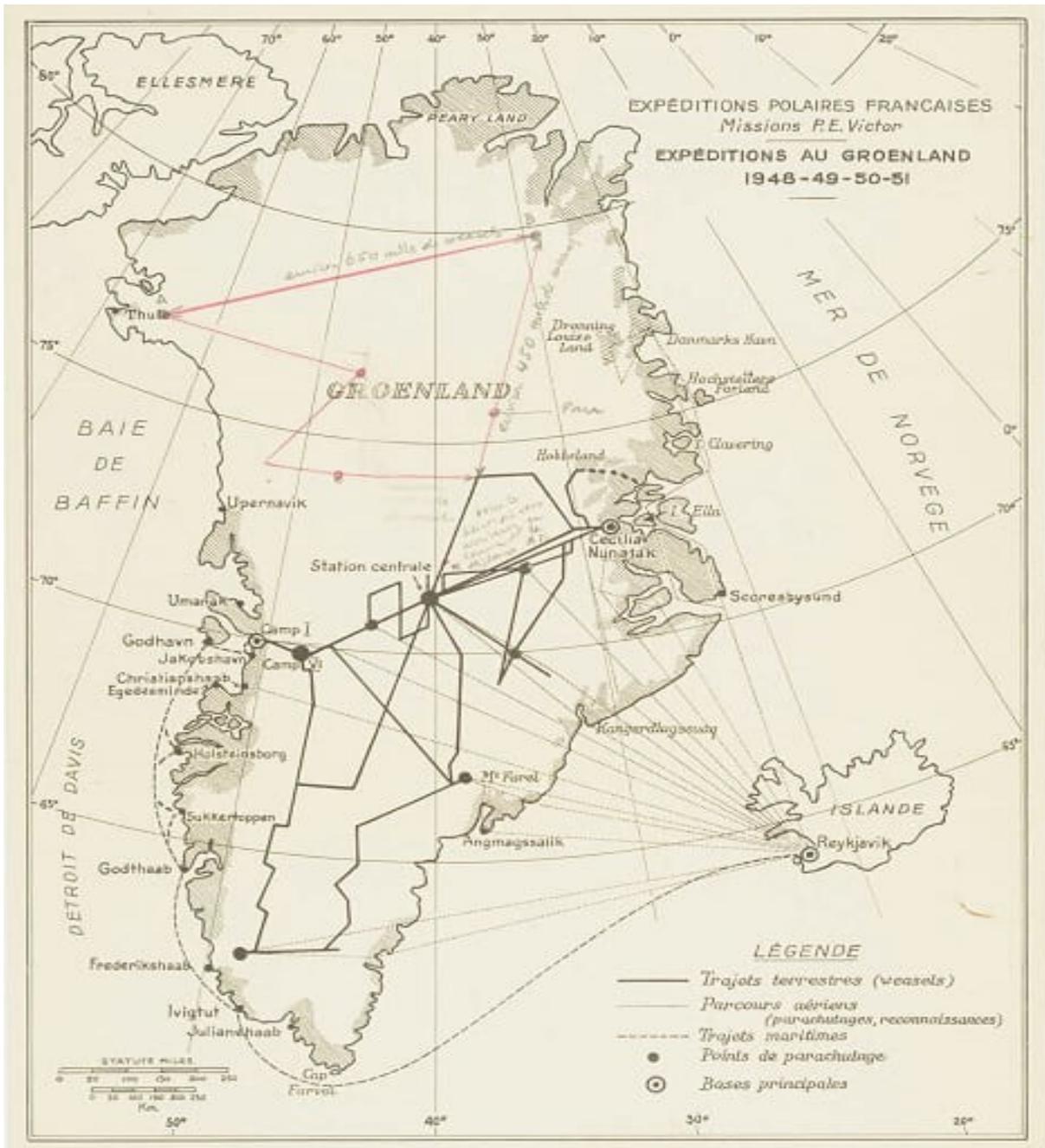


FIGURA 3 - Mapa das Expedições Polares Francesas no Ártico

Fonte: <<https://www.pourlascience.fr/sd/histoire-sciences/groenland-la-periodo-heroiqne-1245.php>>. Acesso em: 29 jul. 2018

ANEXO B

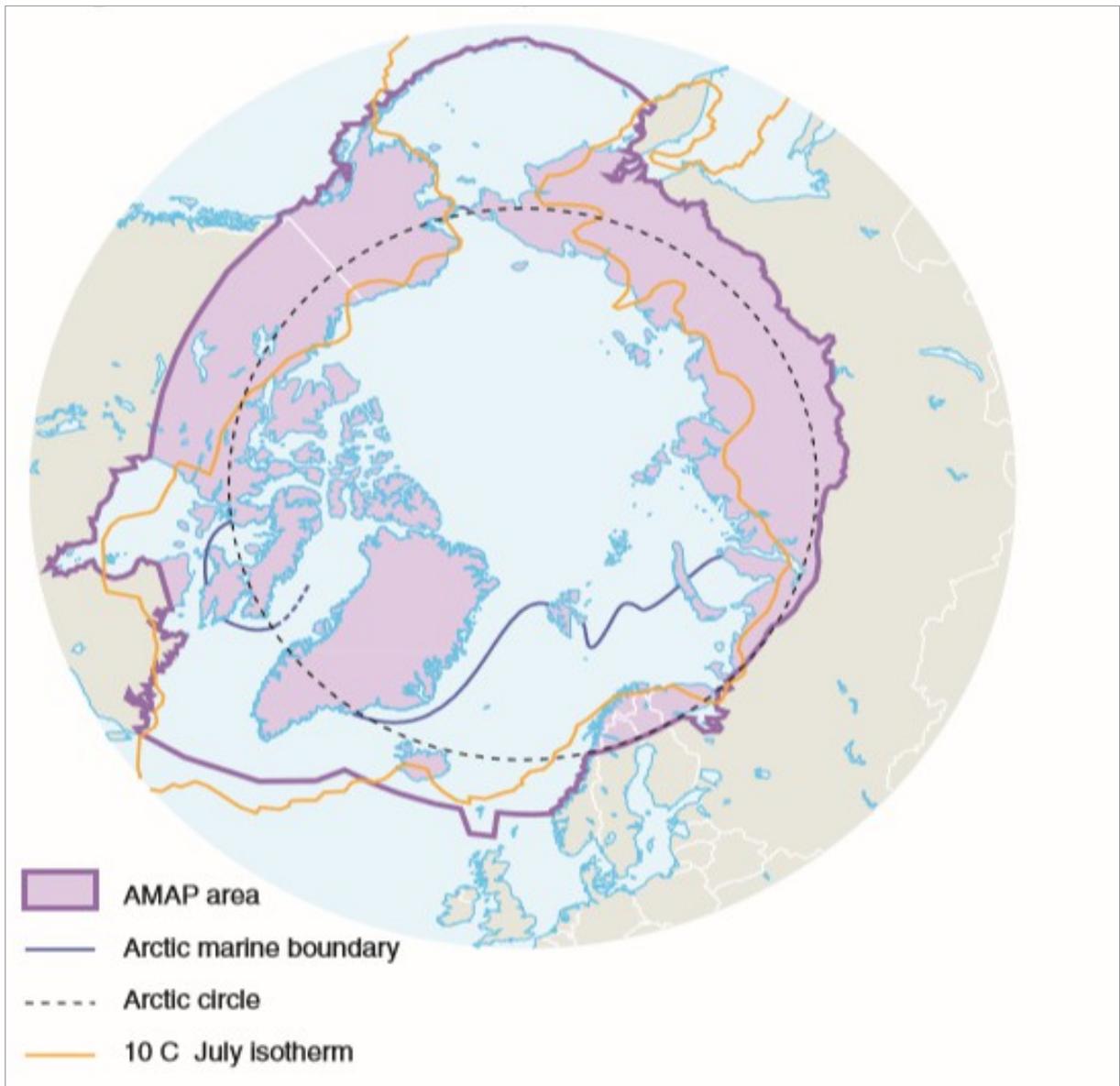


FIGURA 4 – Limite geográfico do Ártico

Fonte: <<http://www.amap.no/documents/download/88>>. Acesso em: 29 jul. 2018.